

MARIA ARLETE ROSA

CURITIBA: UM ESTUDO SOBRE A PRÁTICA EDUCATIVA DE
SUSTENTABILIDADE - O CASO DA VILA SAGRADA FAMÍLIA

DOUTORADO EM HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

PUC - SÃO PAULO

1999

Maria Arlete Rosa

Curitiba: um estudo sobre a prática educativa de sustentabilidade – o caso da Vila Sagrada Família

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em História e Filosofia da Educação, sob orientação do Prof. Doutor Pedro Jabobi

Biblioteca MA – PUCSP



100080567



COMISSÃO JULGADORA:

Resumo

O presente trabalho de pesquisa tem por objetivo estudar as práticas educativas de sustentabilidade das lideranças da Vila Sagrada Família, no período que vai de 1989 a 1998, na cidade de Curitiba. A pesquisa teve como foco de análise as práticas sociais exercidas pelas lideranças das Associações de Moradores e Amigos de Bairros, através das lutas, da organização e da participação, no processo de conquista e garantia da cidadania, nos bairros de periferia da cidade, onde residem trabalhadores de baixa renda.

O desafio colocado no estudo é o de analisar o conteúdo das práticas educativas, tendo como referência a dimensão da sustentabilidade sócio-ambiental. A partir das práticas sociais das lideranças exercidas no espaço da moradia, no processo de participação social, na busca da cidadania, analisam-se as mudanças ocorridas no âmbito individual e no contexto coletivo da realidade social.

O trabalho é dividido em duas partes; inicialmente, desenvolve-se reflexão em torno de sustentabilidade, cidadania e práticas educativas, constituídas pelo estudo das determinantes econômicas, sociais e políticas da relação sustentabilidade/cidade/política ambiental/participação/prática educativa. A segunda parte apresenta a exposição e análise dos dados da pesquisa do caso da Vila Sagrada Família, em torno da dimensão da sustentabilidade e do alcance das práticas educativas, no contexto das políticas públicas e do meio ambiente em Curitiba.

Abstract

The present research work has as its main aim to study the educational procedures based on support of the leadership in the Vila Sagrada Família, from 1989 through 1998 in Curitiba-capital city at Paraná State, Brazil. The research main focus of analysis were the social practises executed by the leaderships in the Association of Residents and Friends from the Districts and wards, through their organization, participation and struggle in the process of acquisition and maintenance of the citizenship in the many districts and wards where the workers of low income dwell.

The main purpose and challenge shown in the study is to analyse the content of the educational practises, framed in the socio-environmental supported dimension. So, the transformation occurred in the individual level and in the collective level of the social reality were analysed from the perspective of the social practices of the leaderships executed on the level of the residence area in the process of the social participation searching for citizenship.

The research work is divided in two parts. The first part is a consideration about the sustainability, citizenship, and educational practises constituted by the study of the economical, social and political determining factors in the relationship of sustainability/city/environmental policy/participation/educational practises. The second part presents the data and the analysis of the research in the specific case from Vila Sagrada Família framed in the sustainability dimension and the range of the educational practises, in the context of the public environmental policies in Curitiba.

Agradecimentos

O momento dos agradecimentos representa o reconhecimento de que, embora esse estudo seja resultado do acúmulo de esforço individual, expressa a dimensão de um coletivo, sustentado na contribuição de pessoas e situações que, somadas, criaram as condições para que o estudo fosse realizado e concluído em tempo.

Inicialmente, agradeço à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade de São Paulo; à professora Mirian Warde pelo apoio; à professora Maria Malta Campos, pelo apoio integral e fraterno, em sua singela generosidade.

Agradeço o apoio do Cnpq e da Capes, que viabilizaram a realização deste trabalho.

Aos colegas de curso Carlos Eduardo, Vera, Bonfim, Paulinho, Ivan, Fernando, Munarim, Vitalina, João Bosco, agradeço o companherismo e bons momentos de alegria e cumplicidade.

Aos colegas e professores do curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná.

Ao professor Marcos Sorrentino, pelo apoio intelectual. A gratidão a Teresa Urban pela interlocução.

A Maria da Glória Gohn, pela carinhosa amizade e fraterno incentivo.

Agradeço aos amigos que contribuíram de forma significativa para criar as condições subjetivas e objetivas de conclusão desse estudo Angelo Vanhoni, Adri Ana Maranhão, Acir Mezdri, Eduardo Requião, Geni Kaymoto, José Ananias, José Baka Filho, José Maria Correia, Lara Sfair, Maria José Andrade, Moacir Lobo, Ogarito Linhares, Paulo Rogério de Almeida Cesar, Salésio Pereira, Sérgio Cavalcanti, Sonia Lins, Luiz Carlos da Silva, Zenaide Graciolli. A Roberto Requião, a admiração e gratidão. Em especial agradeço o apoio de Maurício Requião. A Mário Sérgio Lorenzetto e José Luiz Mader a gratidão pelo afetuoso apoio.

A Dona Lourdes e Antonio Carlos que sempre estiveram presentes e solidários nos momentos necessários.

O especial agradecimento às lideranças da Vila Sagrada Família, como a Cleide, Elizabete, Hélio, Jacira, Joel, Neide, Paulina, Samuel e Venízia que, com suas lutas, contribuíram para a construção de um real espaço de cidadania. A Thaís e Doático pelas informações. A valiosa contribuição de todos possibilitou expressar, neste estudo, o significado do saber construído e forjado nas práticas e lutas cotidianas, almejando a qualidade de vida na perspectiva de uma sociedade sustentável, justa, solidária e democrática.

Agradeço a Nazaré, que nessa trilha de busca e evolução pessoal, contribuiu com sua sensibilidade e apoio, como interlocutora de todas as horas, nesta trajetória de descobertas da aventura humana.

Em especial, agradeço ao professor Pedro Jacobi, pela orientação intelectual, pela amizade carinhosa, solidária, fraterna, generosa e alto astral. Em todos os momentos desse estudo, seu apoio foi lastro importante para continuar a caminhada acadêmica e profissional.

Ao professor Venâncio Domingos Vicente pela revisão do trabalho e a Ivo Donayre pelo trabalho de composição final.

Agradeço a todos aqueles que, pelo fato de não terem sido citados, não são menos importantes. A todos acredito que a dinâmica da natureza irá encontrar formas de retribuir cada ato de contribuição para a realização desse trabalho.

Sumário

Introdução	1
Parte I – Reflexões em torno de sustentabilidade, cidadania e práticas educativas	
Capítulo 1 - Dimensões sócio-educativas – sustentabilidade e a cidade	17
1.1 – Contextualização e debate em torno da sustentabilidade.....	17
1.2 – As dimensões da crise ambiental	25
1.3 – Sustentabilidade na dimensão dos riscos, cidadania e práticas educativas.....	33
1.4 – As necessárias inter-relações entre educação e sustentabilidade	47
Parte II - Vila Sagrada Família um estudo de caso, sustentabilidade e práticas educativas	
Capítulo 2 – Curitiba políticas públicas e meio ambiente	55
2.1 – Curitiba: a cidade, planejamento e meio ambiente	55
2.2 – Curitiba: contexto sócio-ambiental	70
2.3 – Contextualização da participação em torno da moradia em Curitiba	82
— 2.4 – Curitiba: política pública e meio ambiente	96
Capítulo 3 - O Caso - a Vila Sagrada Família	136
3.1 - Formação e caracterização da Vila Sagrada Família.....	136
3.2 - Contexto de sustentabilidade da Vila Sagrada Família	143
3.3 - Organização e mobilização na Vila Sagrada Família – quatro momentos	156
Capítulo 4 - Vila Sagrada Família – alcances da prática educativa de sustentabilidade	161
4.1 – Lideranças da Vila Sagrada Família – perfil e trajetória	161
4.2 – Formas de fixação e inserção das lideranças na Vila Sagrada Família.....	177
4.3 – Práticas sociais e participação das lideranças na Vila Sagrada Família	197
4.4 – Os moradores e a política ambiental na Vila Sagrada Família	211
4.5 – Práticas educativas e sustentabilidade, impactos no cotidiano da Vila Sagrada Família	233
Conclusão	253
Bibliografia	267

Introdução

Este trabalho de pesquisa está centrado na análise das dimensões sócio-educativas de sustentabilidade, enfocando o caso da Vila Sagrada Família, na cidade de Curitiba. Para tanto, aborda-se o tema sustentabilidade¹ e cidade, buscando analisar os determinantes que constituem a relação sustentabilidade/cidade/política ambiental/participação/ práticas educativas.

Refletir sobre a problemática da cidade de Curitiba, através da qualidade das práticas educativas de sustentabilidade da população, leva-nos a avaliar os parâmetros de qualidade ambiental, no cenário da relação desenvolvimento urbano/meio ambiente. Nessa avaliação, procura-se a indicação de elementos de subsídios críticos, visando contribuir para o avanço das relações sociais, na perspectiva da reconstrução desse espaço urbano, tendo como base a qualidade de vida dos curitibanos, no contexto das relações urbanas e sócio-ambientais. Como o espaço urbano da cidade não se apresenta acabado, constituindo-se num elemento em construção, o estudo da Vila Sagrada Família possibilitará fornecer elementos para reavaliar a qualidade de vida dos moradores dessa área no contexto ambiental, tendo em vista sua inserção na dinâmica permanente de organização e construção espacial dos bairros de periferia de Curitiba.

Em verdade, pretende-se indagar por que esses moradores ocuparam esse espaço de moradia, suas ações de intervenção no meio ambiente, a forma e os significantes da relação homem/natureza, as práticas educativas, a busca da sustentabilidade nesse espaço

¹ Considerando a etimologia, *sustentabilidade* é - que pode se sustentar, e a etimologia de sustentar é - segurar por baixo; servir de escora a; impedir que caia; suportar; apoiar. Segundo Lélé o termo surgiu referindo-se aos recursos renováveis e foi adotado pelo movimento ecológico, sendo usado muitas vezes, como condições ecológicas necessárias para dar suporte à vida humana num nível específico de bem-estar às futuras gerações. Para Lélé a contribuição do debate em torno deste tema é - a consciência de que, em conjugação com as condições ecológicas, existem condições sociais que influenciam a sustentabilidade ecológica, portanto sustentabilidade ao ser definida, necessita de um consenso social, além do componente econômico, determinante central da sustentabilidade, uma vez que se trata da sustentabilidade de um modelo de desenvolvimento (apud Baroni, 1992, pp. 19-21).

urbano, os impactos da política ambiental e as possíveis alterações ocorridas na dimensão individual das lideranças e do coletivo.

O primeiro fator, subjetivo, determinante da escolha do tema de estudo foram as atividades profissionais e políticas realizadas na Secretária do Estado de Habitação do Paraná e Companhia de Habitação do Paraná². À época, ocorreu a ocupação, por aproximadamente 1500 famílias, de área de terra urbana localizada na região do manancial de Curitiba³, distante 300 metros de um dos principais rios de abastecimento de água potável. Esse fato criou impasse⁴, no âmbito da “Comissão Especial”⁵ do Governo do Estado: ou permitia-se a fixação das famílias na área ou retiravam-se tais famílias. Colocou-se a questão: como garantir condições de sustentabilidade da cidade diante do processo de adensamento populacional e da total ausência de política de habitação governamental para a população de baixa renda? Diante desse impasse do poder público, ocorreu a consolidação da ocupação e as famílias permanecem até o presente momento⁶ naquela região.

O desafio que se explicitou à época foi a falta de clareza, por parte de vários atores sociais responsáveis pela gestão dessa problemática, considerando a importância das áreas de mananciais no âmbito da sustentabilidade da cidade. Houve falta de compreensão mais abrangente desses atores com relação ao que deveria ser uma proposta

² Essa situação de “impasse” foi vivenciada pela pesquisadora, em decorrência de que nessa ocasião - período de 1991 a 1992, respondia pela Assessoria Comunitária do Gabinete da Secretaria de Estado da Habitação e Companhia de Habitação do Paraná.

³ Área localizada no município de São José dos Pinhás, região metropolitana de Curitiba e próxima à estação de tratamento de água da Sanepar - empresa estatal, responsável pelo serviço de água e esgoto. Essa região também era área de abrangência do Prosam (1990) - Programa de Saneamento Ambiental.

⁴ A ocupação ocorreu em 7 de agosto de 1992, tendo sido fundada a Associação de Moradores em 6 de dezembro de 1992. A permanência na área dessas famílias significava provocar efeitos ambientais negativos, além do agravamento da degradação, expressando desgaste político do Governo do Estado; por outro lado, a retirada das famílias, até mesmo através do uso de força policial, significaria uma ação de preservação da área, evitando a degradação e o impacto de tais efeitos sobre os mananciais desta região.

⁵ A “Comissão Especial”, designada pelo então governador Roberto Requião, era composta por Secretários de Estado e órgãos governamentais com a responsabilidade de tratar os processos de reintegração de posse em áreas urbanas e rurais e apresentar soluções necessárias para encaminhar negociação entre as partes envolvidas nesse processo (proprietários de áreas urbanas e rurais e os ocupantes de tais áreas).

⁶ Atualmente, essa área apresenta problemas de infra-estrutura básica, ausência de rede pública de água e péssimas condições de moradia, elevando o potencial gerador de insustentabilidade da região.

de “política ambiental” adequada. A necessidade de moradia para aquelas famílias assentadas e a garantia dos benefícios advindos do manancial para toda a região, incluindo os próprios ocupantes da área, caracteriza a contradição principal. Ocorreu também, a falta de clareza quanto ao direito de exercício da cidadania: qual das necessidades coletivas atender nesse impasse, sem desqualificar a função de poder do Estado em garantir as condições de sustentabilidade da cidade.

Nesse sentido, algumas ponderações se colocaram na dimensão desse impasse e conflito ético-político ambiental, tendo em vista os interesses envolvidos no cenário social e político em questão.

Os atores do movimento social organizado, em especial, o movimento de luta pelo direito à moradia, permeado por tendências político-partidárias, buscavam responder às questões imediatas e especulativas internas a esse movimento, sem avaliar as relações sócio-ambientais no aspecto de totalidade da cidade.

Representantes de interesses político-partidários ou não, os atores existentes no contexto desse movimento, em particular, no movimento de luta pela moradia, puderam considerar como solução a ocupação de áreas de mananciais e fortalecer a ocupação de área totalmente desprovida de condições de habitabilidade, pois pelas condições do solo seria impossível implantar qualquer infra-estrutura urbana, tendo em vista que comprometeria tanto a infra-estrutura implantada, quanto às próprias condições deste solo, agravando as condições de saúde e saneamento básico de todos os moradores da região, gerando uma situação de riscos ambientais.

Esses atores puderam, por falta de clareza teórica e política, expor à população dessa área ocupada as dificuldades e sofrimentos, comprometendo as suas vidas e a totalidade da população da região de Curitiba e municípios vizinhos, em função das conseqüências da degradação gerada pelo impacto de aproximadamente sete mil moradores localizados a 300 metros do principal rio que abastece a cidade. Tornou-se evidente que os aspectos de qualidade ambiental e de sustentabilidade da vida na cidade ainda são preocupações distantes do ideário desses atores.

A situação de impotência de ação dos órgãos do Estado diante dos problemas ambientais tornou-se evidente. Explicitou-se uma postura de desconsideração e desinformação sobre as conseqüências que tais problemas podem assumir. Assim, a dimensão dos problemas ambientais atravessa a totalidade da vida da cidade, sem que ocorra uma percepção, sensibilização e conscientização da gravidade deles pelo conjunto da população afetada e principalmente os setores que desempenham a função de agentes de degradação ambiental.

O grau de deterioração das condições de vida, como conseqüência do estágio de pobreza e alienação em que viviam, comprometeu, possivelmente, a capacidade de discernimento quanto aos agravos ambientais, da população moradora dessa área ocupada - Jardim Alegria⁷. Por falta de outras alternativas habitacionais, submeteram-se às precárias condições de moradia e degradação desse espaço urbano, inadequado para viver com qualidade de vida e dignidade. Diante do grau das necessidades sociais a que estava exposta essa população, evidenciou-se o comprometimento da percepção para a constituição dos parâmetros relativos aos problemas e riscos ambientais já existentes na área do Jardim Alegria.

Esta experiência significou um marco na trajetória da prática, representou momento de forte reflexão teórico/prática, possibilitou a autocrítica⁸ diante dos problemas colocados e buscou-se com ela ampliar a percepção e entendimento da complexidade das relações urbanas e ambientais. Novos elementos se colocaram como subsídio à postura teórico/prática a partir de valores sócio-ambientais, indicando perspectiva analítica, quanto aos atuais problemas e riscos ambientais em que estão mergulhados centros urbanos como Curitiba.

⁷A escolha do nome da comunidade que se formou no processo de ocupação desta área é contraditório com as condições de moradia e de vida da população, assumindo significado de esperança, de animo e alento no imaginário dos moradores.

⁸ Até aquele momento, sua prática pautava-se pela atuação no movimento social e, especialmente, no movimento de luta pela moradia, tendo assumido posturas defensivas e intransigentes na defesa da permanência das famílias ocupantes em áreas urbanas. Não considerava aspectos ambientais em situações como as apresentadas pelas áreas de mananciais, ao buscar resolver o problema de moradia da população, realizando ocupações até dessas áreas. A partir desse momento, a pesquisadora, passou a considerar com prioridade na sua prática social, uma postura sócio-ambiental, em que a dimensão de interesse e necessidade de qualidade de vida de um segmento da população demarcava-se pela garantia da qualidade de vida da população de Curitiba como um todo.

O tema estudado passa a ser significativo no exercício da atividade de educação ambiental⁹, como segundo fator relevante, ao aproximar e ampliar a compreensão da temática ambiental¹⁰ na dimensão da sustentabilidade. Assim reafirmou-se, outra vez, a necessidade de aprofundar a reflexão teórica e amadurecimento da prática profissional, social e política.

Neste sentido, o tema de estudo¹¹ proposto para o doutorado, representa a qualidade de compreensão dessa problemática sócio-ambiental urbana, iniciada no curso de mestrado e acumulada no percurso da reflexão em torno da relação cidade/meio ambiente/educação. Percebeu-se que, diante da conquista da moradia, surgiam outras necessidades relacionadas às condições de qualidade sócio-ambientais no espaço de morar. Tais necessidades transformadas em carências, constituíram-se em identidade de

⁹ Assumir a Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria do Estado do Meio Ambiente – período de 1993 a 1994 – significou uma segunda aproximação e, portanto, oportunidade de aprofundar a compreensão da temática ambiental e de sustentabilidade, imposta pela necessidade de formulação de proposta no âmbito de Educação Ambiental para esta Secretaria. Tratava-se de demarcar uma visão que, tendo como objetivo sensibilizar a população para compreender os problemas ambientais locais e globais, buscava ressaltar a importância das questões da preservação, da vida da natureza e da vida humana no planeta, num enfoque construtivo e otimista em contraposição às visões catastróficas presentes no debate contemporâneo sobre sustentabilidade.

¹⁰ Como forma de concretizar uma proposta de educação ambiental, foi escolhida a Vila Sagrada Família - caso para estudo desta pesquisadora, como projeto piloto para realização do Programa de Educação Ambiental - Festa da Vida¹⁰, onde se buscava, através do plantio de árvores frutíferas, expressar um símbolo de significado vinculado à vida e sensibilizar a participação dos moradores no processo de plantio e posteriores cuidados, buscando acordar os moradores para problemas ambientais locais e globais do planeta. Neste sentido, foram utilizados vários recursos, além da participação dos moradores através de reuniões, debates, palestras, vídeos; buscou-se implementar recursos culturais da própria comunidade como teatro, oficinas de artesanato, pintura, música, entre outras atividades, em que a temática colocada era acerca das questões ambientais locais e globais, destacando o conteúdo reflexivo da degradação provocada pela relação homem/ natureza, evidenciando o princípio da vida, numa perspectiva de totalidade da prática humana.

¹¹ O ingresso no Curso de Doutorado - PUC/SP, em 1995, significou para a pesquisadora a oportunidade de aprofundar a reflexão metodológica de forma organizada e sistemática, possibilitando estabelecer referências na articulação de um sistema de macro-explicações das questões colocadas pela realidade da atividade profissional e política. Buscou-se criar “certo” distanciamento, dessas atividades, que permitisse o amadurecimento pessoal com base nas reflexões anteriores, acrescidas dos elementos adquiridos no Curso de Mestrado - PUC/SP, em 1991 e ora retomados com a proposta de aprofundamento, através deste trabalho desenvolvido no Doutorado. O tema de estudo do Doutorado representa um salto qualitativo em relação ao Curso de Mestrado. Aquele estudo analisou a política de desenvolvimento urbano de Curitiba relacionada ao contexto dos movimentos sociais e de forma relevante o Movimento de Associações de Moradores. Buscou-se configurar o caráter educativo presente nas práticas sociais, na organização e nas lutas das lideranças participantes desse Movimento, explicitando o aprendizado adquirido por essas lideranças, na totalidade do exercício de suas práticas sociais no cenário do movimento social de Curitiba, no período de 1977 a 1983.

interesses a serem reivindicados ao poder público¹², através da luta, organização e participação dos moradores. As práticas sociais das lideranças nas emergências se voltaram à coleta do lixo, saneamento básico, rede de água, valeta a céu aberto, esgoto, saúde, poluição. O caso da Vila Sagrada Família foi revelador da existência de necessidades convertidas em interesses na dimensão sócio-ambiental e fator de construção da cidadania, constatado no desenvolvimento desse estudo.

A moradia aparece com a determinante central e força motriz na participação social organizada das lideranças da Vila Sagrada Família. A moradia constitui-se no espaço da habitação e dos elementos que compõem o meio ambiente. Para as lideranças, a luta pela moradia adquiriu duas dimensões: o da própria luta pela conquista de morar e as lutas pela melhoria desse espaço. O debate, a organização e o encaminhamento dessas lutas por melhorias, convertidas em reivindicações, permitiram aos moradores o aprendizado autoconstruído no exercício de suas práticas sociais, através da participação nas Associações de Moradores, gerando conquistas na dimensão da cidadania. As práticas educativas foram forjadas nesse cenário de lutas pela busca de qualidade de vida e da cidadania na dimensão sócio-ambiental e de sustentabilidade.

Assim, coloca-se a principal questão estudada: Seria a prática educativa de sustentabilidade resultado das práticas sociais desenvolvidas no espaço da moradia pelas lideranças da Vila Sagrada Família no processo de participação pela conquista da cidadania?

Objetivos

1 - Explicitar o contexto de sustentabilidade em que estão inseridas as práticas educativas na dimensão da sustentabilidade, através dos parâmetros de necessidades/riscos, organização/mobilização, política pública/poder público e cidadania/participação;

¹² Refere-se de modo geral ao Estado e, em particular, a Prefeitura Municipal de Curitiba e/ou ao Governo do Estado do Paraná.

2 - Contextualizar a cidade de Curitiba na dimensão da sustentabilidade;

3 - Explicitar a relação entre as práticas sociais no processo de participação na garantia da cidadania das lideranças da Vila Sagrada Família e as práticas educativas na dimensão de sustentabilidade nesse espaço de moradia;

4 - Identificar as práticas educativas de sustentabilidade das lideranças no espaço de moradia da Vila Sagrada Família;

5 - Configurar o conteúdo das práticas educativas de sustentabilidade das lideranças da Vila Sagrada Família e possíveis alterações ocorridas para as lideranças na dimensão individual e coletiva.

A escolha das referências metodológicas está baseada na pesquisa qualitativa com enfoque dialético da realidade social. Partindo-se da necessidade de conhecer a realidade para transformá-la em processos dinâmicos e de crítica participativa como elemento de avanço na construção da totalidade da realidade social.

Tais referências¹³ visam compreender o processo de experiência de aprendizado adquirido por uma população, organizando-se para buscar soluções através da participação no movimento social, visando conquistar a cidadania numa realidade urbana do espaço da moradia permeada por relações na dimensão sócio-ambiental.

Alguns aspectos presentes na investigação indicam a trajetória de se buscar captar o movimento da realidade social como:

- a importância do ambiente na configuração do aprendizado, problemas e situação de existência do sujeito no seu espaço de moradia;

¹³ Complementam-se essas referências, em que o tema desenvolvimento da cidade na perspectiva da sustentabilidade, terá como base o encaminhamento metodológico desenvolvido por Andri Stahel em relação ao desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, assim como Henry Lefebvre e Paul Singer em suas análises sobre a cidade e o urbano, Pedro Jacobi, Maria da Glória Gohn e Eder Sader sobre participação e cidadania, Eduardo Viola e Leila Ferreira, Héctor Leis sobre ambientalismo e política ambiental no Brasil e no mundo.

- a interpretação dos resultados surgidos como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção do contexto de intervenção de uma política social e ambiental;
- a descrição da essência do fenômeno, as causas de sua existência, explicação de sua origem, relações, mudanças;
- a preocupação fundamental com os processos: descobrir a aparência e a essência, avaliando-as de forma dedutiva, de modo a compreender a totalidade do processo;
- a coleta de dados indica a teoria de base: conceitos, princípios e significados que caracterizam o enfoque dialético;
- a preocupação essencial: o significado. Buscar as raízes, as causas da existência do fenômeno, suas relações num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico.

A escolha do tipo de pesquisa de estudo do caso da Vila Sagrada Família, objetiva realizar a análise profunda do fenômeno estudado a partir da atitude de se debruçar na compreensão de um único caso.

A cidade de Curitiba constituiu-se no universo da pesquisa, no que se refere ao contexto de desenvolvimento urbano industrial da cidade numa dimensão de sustentabilidade e de realização de determinada política ambiental pelo poder público.

A Vila Sagrada Família constitui-se o caso estudado, em que se busca analisar as práticas educativas na dimensão de sustentabilidade dos moradores/lideranças¹⁴ produzida no exercício das suas práticas sociais e participação, através das lutas e da

¹⁴ Essa expressão caracteriza essa liderança como moradora na própria Vila Sagrada Família. A noção de liderança concebe-se como o sujeito possuidor de prática social militante efetiva, construindo o processo de modificação no nível individual e da realidade social. Tais lideranças são aqueles sujeitos que elaboravam propostas e possuíam capacidade de mobilização; experiência e prática política anteriores, clareza da realidade em que viviam e da luta política. Nesse sentido, adquiriam, diante dos demais moradores, representatividade e legitimidade, liderando e direcionando o processo de luta, organização e participação.

organização na construção da cidadania. Tal contexto - universo e caso - constitui-se no “locus” de análise do estudo.

As condições de sustentabilidade da Vila Sagrada Família a fazem representativa em relação a outras formas de organização espacial e social no contexto urbano. Tal representatividade reside no fato de que essa Vila está localizada na periferia de uma cidade, e é ocupada por uma população constituída de trabalhadores de baixa renda, em precárias condições de moradia, de infra-estrutura e problemas ambientais, em que a segregação/exclusão econômica, política, social, espacial e ambiental configuram a dinâmica das relações urbanas na vida cotidiana dos moradores da Vila.

A escolha da Vila Sagrada Família para realizar o estudo de caso tem como base os seguintes aspectos:

- delimitação geográfica bem definida;
- composição de base social homogênea - atividade econômica, salarial, grau de instrução, composição familiar; participação equitativa de homens e mulheres;
- forte organização social com diversificada posição político-ideológica; lideranças formadas no contexto dos “novos movimentos sociais”;
- área localizada em um contexto de problemas e riscos ambientais como - fábricas ao redor, fundo de vale, falta de rede de esgoto e valetas a céu aberto, enchentes;
- realização de programas ambientais específicos pelo poder público, através do programas de coleta seletiva de lixo e de educação ambiental, com equipamentos próprios.

A escolha do período 1989 a 1998 justifica-se com base nos seguintes fatos:

- a emergência de Curitiba no cenário nacional como “capital ecológica”, sendo considerada a cidade de melhor qualidade de vida no país. Fato marcado a partir de 1989,

em virtude, principalmente, do “slogan” adotado como marca da administração municipal do Prefeito Jaime Lerner¹⁵;

- embora tenha ocorrido mudança na administração municipal, em decorrência das eleições - Rafael Greca e Cassio Taniguchi - sucessores políticos de Jaime Lerner - representam “certa” continuidade de proposta político-administrativa e de política ambiental para a cidade.

Outro aspecto de enfoque metodológico refere-se à abordagem da relação educação/meio ambiente. Num primeiro momento, a referência de compreensão dessa relação ocorreu nos parâmetros da educação ambiental. No percurso da pesquisa, ampliou-se pois entendeu-se que se tratava de uma modalidade de prática educativa, tendo em vista que se investigava, no interior das práticas sociais das lideranças, o aspecto sócio-educativo construído a partir dessas práticas pelas lideranças da Vila Sagrada Família no processo de participação social.

O estudo, circunscrito à análise da prática educativa na dimensão ambiental, representou outra etapa de compreensão dessa temática. Ao se realizar a pesquisa de campo e desenvolver a metodologia de análise dos relatos do sujeito dessa pesquisa, ocorreu o processo de refinamento da questão colocada. Tornou-se mais preciso que o ponto de interseção da relação educação/meio ambiente, configurava-se pela categoria de prática social marcada por conteúdo de aprendizado sócio-ambiental, passando-se a considerar como prática educativa na dimensão da sustentabilidade e não mais no enfoque apenas ambiental. Tornou-se mais evidente que se tratava de elaborar a noção de prática educativa de sustentabilidade nesse novo enfoque.

As lideranças da Vila Sagrada Família evidenciaram que, nesse processo de configuração de suas práticas sociais, ocorreu o aprendizado autoconstruído do conteúdo sócio-ambiental, principalmente, em decorrência de duas determinantes – a primeira pelos riscos ambientais existentes na área, como principalmente o acúmulo do lixo e suas

¹⁵ O Prefeito Jaime Lerner(PDT) exercia seu terceiro mandato de prefeito de Curitiba, fazendo na

conseqüências(enchentes e doenças), falta de esgoto e saneamento, poluição do ar e aridez pela falta de arborização da área; a segunda pelo impacto da política ambiental do poder público ao realizar seus programas ambientais na área, especialmente aqueles que tratavam da coleta de resíduos sólidos referentes ao lixo produzido no espaço da moradia da Vila Sagrada Família.

Vale lembrar que os problemas ambientais relacionados ao lixo nos centros urbanos, assumem proporções de riscos e agravos ambientais, sendo determinantes cruciais ao tratar a temática de sustentabilidade das cidades. O estudo realizado na Vila Sagrada Família, na periferia da cidade de Curitiba, confirmou a dimensão desses problemas relacionados aos resíduos sólidos.

Essa problemática revelou-se no transcorrer da fase de análise dos relatos das lideranças da Vila Sagrada Família, fornecendo elementos para confirmar que os programas governamentais de gestão desses resíduos sólidos colocavam-se como uma prática de sustentabilidade na cidade. As lideranças adquiriram saber no processo dessa gestão. Assim, reafirmou-se a certeza de que se tratava do conceito de prática educativa de sustentabilidade, na medida em que as lideranças da Vila Sagrada Família em seus relatos demonstraram um conjunto de preocupações e de análises relacionadas à problemática do lixo como a produção, manuseio, armazenamento, disposição final e o lixo como fonte de sobrevivência.

O lixo passou a ser elemento central do aprendizado autoconstruído de conteúdo sócio-ambiental, adquirido pelas lideranças em suas práticas sociais. Ao vivenciarem os problemas e as soluções no processo de tratamento desses resíduos sólidos, as lideranças tiveram a experiência do exercício de uma prática de sustentação da vida e garantia da cidadania através da participação social. Esse processo de saber autoconstruído, considerou-se como uma modalidade de prática educativa no princípio de sustentabilidade.

Assim foi considerada, no desenvolvimento da reflexão sobre a relação educação/meio ambiente, a prática educativa de sustentabilidade. Essa noção assumiu maior precisão ao se explicitar que se tratava do caráter educativo de conteúdo sócio-ambiental da prática social das lideranças, através do processo de lutas, organização e participação social desenvolvidas para conquista da sustentabilidade e da construção da cidadania.

O exercício das práticas de conteúdo sócio-ambiental ocorrido no espaço da moradia da Vila Sagrada Família, representa salto qualitativo no aprendizado político das lideranças, pois, a partir da intervenção dos moradores, alterando as condições de qualidade de seu local de moradia, houve a compreensão da totalidade da sua realidade.

Entende-se, como dimensão de totalidade do espaço da moradia as condições desse ambiente e suas relações de multidisciplinaridade, constituindo-se dos variados aspectos da vida do indivíduo e do coletivo. Esse espaço compõe-se de elementos tais como: a habitação, a saúde, o lixo, o esgoto, a educação, saneamento, transporte, lazer cultura e outras formas de socialização. Assim, compreende-se que o espaço social é indivisível, na medida que reflete as dimensões de totalidade do espaço da moradia a ser considerado.

As práticas educativas de sustentabilidade deverão expressar o princípio de prioridade do valor de uso, qual seja, expressar o valor qualitativo da relação homem/natureza e apontar os indicadores de garantia da harmonia dessa relação ou indicar o estado de entropia local.

A principal referência de orientação deste estudo apresenta como base a noção de prática educativa na dimensão de sustentabilidade como resultado qualitativo do exercício das práticas sociais no processo de lutas e participação social das lideranças, ao adquirirem aprendizado autoconstruído de conteúdo sócio-ambiental.

Este trabalho de pesquisa divide-se em duas partes:

Parte I – aborda as reflexões em torno de sustentabilidade, cidadania e práticas educativas, tratando dos aspectos relacionados ao embasamento teórico do trabalho.

Parte II – trata do desenvolvimento e análise da pesquisa propriamente dita.

Assim, na Parte I indicaremos as referências teóricas de subsídio para o desenvolvimento dos aspectos econômicos, sociais e políticos da sustentabilidade no contexto das relações urbanas, buscando analisar o desenvolvimento da cidade na ótica da sustentabilidade, identificando as determinações presentes na relação sustentabilidade/cidade/política ambiental/participação/prática educativa.

A Parte I é constituída pelo Capítulo 1 e aborda o referencial teórico de fundamentação para analisar a sustentabilidade¹⁶ no cenário urbano da cidade. Trata os determinantes estruturais subjacentes aos aspectos sociais e políticos no que se refere às condições de insustentabilidade como fator inerente ao atual modelo capitalista industrial, em que as necessidades humanas e sociais constituem-se como determinações na instituição de identidades de interesses coletivos, na organização social, nas práticas sociais, na participação e na construção da cidadania.

A Parte II, apresenta o trabalho de pesquisa, composta pelos Capítulos 2, 3, 4, e trata da exposição e análise dos dados resultantes do processo de investigação desse estudo.

O Capítulo 2 traz os aspectos indicativos de contextualização de Curitiba, explicitando os determinantes significativas da formação e urbanização da cidade, evidenciando aspectos que atribuem singularidade a Curitiba, enquanto centro urbano seguidor de uma política de planejamento urbano implantada ao longo de um período histórico. O processo de urbanização de Curitiba não é diferente das demais aglomerações urbanas brasileiras, caracterizado por um contexto de problemática ambiental, explicitando alguns indicadores desse desenvolvimento urbano.

Caracteriza ainda o Capítulo 2 tais indicadores de sustentabilidade de Curitiba no âmbito do desenvolvimento da cidade e os impactos no espaço da moradia nos bairros

¹⁶ O primeiro registro de utilização do conceito de sustentabilidade foi expresso no documento Estratégia de Conservação Mundial - União Internacional para conservação para Natureza (UICN). Estratégia de Conservação Mundial - Conservação dos Recursos Vivos para o Desenvolvimento Sustentável. Suíça, IUCN, PNUMA, WWF.1980.

de periferia da cidade. Um desses indicadores é a política ambiental de Curitiba, que trata das ações da Política Ambiental realizada pela Prefeitura Municipal de Curitiba, no período de 1989 a 1997. Desenvolve a sistematização dos Programas e ações realizadas pelo poder público municipal, tendo como diretrizes a lei¹⁷ que institui a Política Municipal do Meio Ambiente de Curitiba.

O Capítulo 3 caracteriza O Caso - Vila Sagrada Família, traçando o perfil das condições de qualidade de vida existentes no espaço de moradia da Vila Sagrada Família, enquanto, "locus" privilegiado onde se insere nosso sujeito da pesquisa: as lideranças representativas da área da Vila Sagrada Família. Situa o significativo, aprofunda a compreensão de aspectos indicadores de sustentabilidade/insustentabilidade mobilizadores das práticas sociais, da participação, da luta pela conquista da cidadania como constitutivos de um aprendizado de conteúdo sócio-ambiental das relações urbanas.

Desenvolve-se, nesse Capítulo 3, a contextualização da sustentabilidade nesse espaço da moradia, com o objetivo de caracterizar o local onde estão inseridos os sujeitos da pesquisa. Considera que os elementos indicados neste Capítulo, serão aprofundados no Capítulo IV pelos relatos das lideranças da Vila Sagrada Família e, portanto refletem a visão dessas lideranças em relação às condições de sustentabilidade existentes na Vila Sagrada Família. O estudo deste Caso tem como pressuposto a representatividade de uma problemática apontada pelo debate de sustentabilidade nas cidades contemporâneas, tendo, portanto, um caráter global demarcado por complexas relações no âmbito das cidades¹⁸.

O Capítulo 4, analisa as práticas sociais dos moradores/lideranças da Vila Sagrada Família no processo de organização, de participação de luta pela conquista da cidadania nesse espaço de moradia. Identifica o aprendizado subjacente a tais práticas, assim como a configuração do conteúdo sócio-ambiental presente nessas práticas sociais. Traz a constituição das práticas educativas de sustentabilidade das lideranças da Vila Sagrada Família.

¹⁷ Lei No.7833, de 19 de dezembro de 1991; institui a Política Municipal do Meio Ambiente de Curitiba.

¹⁸ Este debate tornou-se acirrado a partir realização da IIª Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos, ocorrida em Istambul, no ano de 1995.

A conclusão evidencia o esforço de buscar a construção da reflexão em torno da sustentabilidade, das práticas educativas e das possíveis alterações ocorridas na dimensão da trajetória pessoal e coletiva. Representa também o fechamento de um ciclo de avaliação e amadurecimento da prática social, política e profissional, almejando contribuir para a construção de uma prática humana, individual e coletiva, com base em valores holísticos e planetários em que os homens possam usufruir com justiça, igualdade, solidariedade e ética os recursos naturais e os bens produzidos pela humanidade na dimensão de construção da cidadania planetária.

PARTE I

Reflexões em torno de sustentabilidade, cidadania e práticas educativas

CAPÍTULO 1

Dimensões sócio-educativas sustentabilidade e a cidade

1.1 – Contextualizando o debate em torno da sustentabilidade

Ao procurar construir um campo de reflexão sobre a temática de desenvolvimento da cidade, numa perspectiva de sustentabilidade, assume-se um desafio demarcado pela complexidade da realidade urbana da cidade¹ relacionada às determinações ambientais contemporâneas. Tal complexidade, enquanto fenômeno social e de totalidade, apresenta-se como campo de estudo multidisciplinar. A ampla literatura que trata da temática ambiental, além de recente, se caracteriza por apresentar conceitos ainda não cristalizados, sendo um processo teórico em construção, requerendo o empenho de todos os segmentos envolvidos com a problemática ambiental para torná-la consistente, enquanto ciência.

Como campo novo de produção de conhecimento, os conceitos relacionados ao tema ambiental estão marcados por incertezas teóricas, não se adequando aos paradigmas analíticos tradicionais. Portanto, há necessidade de se estabelecerem alguns parâmetros quanto à precisão do referencial de análise do fenômeno a ser investigado, na diversidade metodológica de abordagens da realidade e da relação sociedade/natureza, de se precisar a contribuição que cada método analítico pode oferecer ao processo de construção teórica desse tema. É necessário clarear os conceitos, tendo como referência a construção de padrão mínimo de linguagem e de termos que permeiam a temática ambiental.

¹ Com a expressão “realidade urbana da cidade”, estaremos nos referindo, primeiramente, ao termo realidade, que adotaremos em sua raiz etimológica, ou seja, real - que existe de fato; verdadeiro, adicionando a dimensão de processo no real. Em seguida, destacamos a distinção que Lefebvre faz entre o urbano e a cidade, atribuindo uma caracterização aos termos, afirmando que a cidade se expressa pela “realidade presente imediata, dado prático-sensível, arquitetônico”, enquanto que o urbano constitui-se pela “realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento”. Tais termos poderiam ser configurados como sendo a cidade uma morfologia material e o urbano uma morfologia social (Henry Lefebvre. *O direito a cidade*. Tradutor: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991, pp. 46-49). Ao nos referirmos a essa expressão, estaremos considerando a realidade social objetiva, enquanto processo social.

Na reflexão em torno do tema ambiental, além da dimensão social a ser considerada, o aspecto ético estabelece as referências no debate e na prática ambiental, determinando posturas como resultado do conjunto de ações ambientais direcionadas por valores e princípios. As posturas caracterizam, nas ações ambientais, na dimensão das atitudes éticas, no contexto da problemática ambiental.

Moraes indica a existência dessas posturas configuradas pelo: - naturalismo, caracterizado pela concepção filosófica naturalista perante o mundo, a história e a relação homem/natureza, em que a problemática ambiental perde sua dimensão social, desconsiderando a mediação das relações sociais; - tecnicismo, objetiva legitimar a visão de que as soluções técnicas têm supremacia sobre todas as outras, ou seja, sobre as relações políticas, dos interesses e projetos; - romantismo, caracteriza-se como uma espécie de antítese do tecnicismo, por excessiva politização, baseada em argumentos frágeis e inadequados, em que se considera a política como reino de pura vontade, sem levar em conta a lógica e as determinações aí presentes. Tal postura fundamenta a concepção preservacionista radical, colocando a natureza como valor cima do homem.

Assim, o naturalismo, o tecnicismo e o romantismo apresentam-se como posturas que podem ser identificadas em modelos institucionais (Moraes, 1994, p. 53-4).

As posturas mencionadas estão ultrapassadas, enquanto possibilidades de ações diante da complexidade ambiental contemporânea. A compreensão da problemática ambiental terá que ser dimensionada no âmbito do modo de produção e de formação da economia capitalista. As relações sociais determinam a relação sociedade/natureza e o ambiente considerado como recurso, condição de produção, mercadoria e objeto de intervenção do Estado, tratando-se nesse contexto “a ecologia... como questão política” (Moraes, 1994, p.78).

1.1.1 - desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

Buscar compreender, na temática ambiental, abordagens que explicitem o conteúdo e o objetivo de um conceito de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, como forma de situar um referencial de análise, é uma necessidade e um desafio. A existência de espectro variado de significados para esses conceitos, requer cuidados em relação a questões a serem clareadas, visando superar ambigüidades e deficiências, na utilização precisa de cada termo.

Assim, o debate em torno de desenvolvimento sustentável se estabelece pontuado por questões como: relação entre as causas da pobreza e da degradação ambiental; insuficiência das estratégias do desenvolvimento econômico para resolvê-las; pertinência das perguntas acerca do que deve ser sustentado, por que e para quem; conseqüências da imprecisão do termo para o consenso e a falta de discussão ampla na sociedade sobre o que é desenvolvimento sustentável.

O tema “desenvolvimento sustentável” assume posição central no debate ambiental, popularizando-se como conceito, na década de 80 e atualmente, como debate, assume dimensões multissetoriais. Surgido no início dos anos 70, destaca-se nos relatórios da União Internacional para a Conservação da Natureza, tornando-se popular em 1987 pelo Relatório Brundtland - Nosso Futuro Comum². O conceito de desenvolvimento sustentável contido no Relatório, estabeleceu as bases do consenso no sentido de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, listando medidas³ a serem tomadas pelo Estado. Definiu metas a serem realizadas no plano

² Relatório da Comissão Mundial(ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento(UNCED), que recebeu o nome da presidente da Comissão Gro Harlem Brundtland.

³ “ O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: 1- o conceito de “necessidades”, sobre tudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (...). Em sentido mais amplo, a estratégia do

internacional para as diversas agências financiadoras, orientando os discursos oficiais e estabelecendo um parâmetro de referência no debate ambiental.

Mitlin, ao fazer revisão de parte da bibliografia existente, sobre o tema desenvolvimento sustentável, coloca que, embora a definição contida no Relatório Brundtland tenha suscitado críticas, alguns autores a estabelecem como ponto de partida de suas análises. Entre os autores que analisam o conceito deste termo, há pouca concordância em relação aos resultados obtidos pelo desenvolvimento sustentável, em que a questão colocada é como “restringir” e superar a atual sustentação da vida. Nas diferentes análises dos autores, há aqueles que apresentam posições diametralmente opostas da relação crescimento econômico e realização de desenvolvimento sustentável. Outro grupo argumenta que esta relação é incompatível e que crescimento econômico conduz para a degradação ambiental e falta de oportunidade para o desenvolvimento. Outros autores acentuam a importância do crescimento econômico desde que se encontrem recursos necessários para o desenvolvimento e para impedir a expansão do atual modelo de exploração dos recursos naturais. Já outros autores ainda argumentam que a pobreza é responsável pela degradação ambiental e, por último, autores afirmando que as atividades dos ricos são muitos mais prejudiciais ao desenvolvimento sustentável (Mitlin, 1992, pp. 111-112).

desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80, (que as atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais ainda não conseguiram e talvez não consigam superar), a busca do desenvolvimento requer: - um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório; - um sistema econômico capaz de gerar excedentes e Know-how técnico em bases confiáveis e constantes; - um sistema social que possa revolver as tensões causadas por um desenvolvimento não equilibrado; - um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica de desenvolvimento; - um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;- um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; - um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se” (apud Eduardo Viola e Hector Leis. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo, orientado para o desenvolvimento sustentável. In: Hogan, Daniel Joseph, Vieira, Paulo Freire(org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Unicamp, 1992, p. 78).

Guimarães, ao analisar o desenvolvimento sustentável no enfoque da Agenda 21⁴, caracteriza o atual momento como situações de “esgotamentos” por que atravessa o planeta. Essa vulnerabilidade do ecossistema planetário foi produzida pelo modelo de desenvolvimento, demarcado por ser ecologicamente predatório, ao usar os recursos naturais; socialmente perverso ao gerar pobreza e desigualdades; politicamente injusto ao concentrar poder; culturalmente alienado com relação à natureza; eticamente censurável com respeito aos direitos humanos e aos das demais espécies. Afirma, o autor que:

a humanidade encontra-se ante a necessidade de transitar do estilo atual a um estilo de desenvolvimento sustentável que satisfaça as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (Guimarães, 1998/1999, p. 1).

Leis e D’Amato contextualizam o surgimento do desenvolvimento sustentável na trajetória de evolução⁵ do ambientalismo. Embora os autores não coloquem preocupações relacionadas a aspectos conceituais do desenvolvimento sustentável, contribuem ao traçarem panorama do percurso do ambientalismo, situando-o no atual momento histórico. Caracterizam aspectos como a complexidade, multidimensionalidade, iniciativa e capacidade de ação ética e comunicativa, como diretrizes a serem perseguidas pelos atores e setores do ambientalismo, na tarefa de buscar contribuir para a evolução do

⁴ Resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente – a Rio-92, objetiva viabilizar o desenvolvimento sustentável e preparar o mundo para os desafios do próximo século. É um programa de ações que visam compatibilizar o desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental. Propõe variados procedimentos a serem adotados nas diversas áreas de atividades humanas, cooperação internacional e parcerias com organizações da sociedade civil para atingir o desenvolvimento sustentável (Cedec. 1998/1999. *Revista Lua Nova*. no. 11).

⁵ “Nos anos 50, emergiu o ambientalismo dos cientistas, nos anos 60, o das ONGs e nos anos 70, o dos atores políticos e estatais, nos anos 80. No ‘Relatório Brundtland’, encontramos a largada dos atores vinculados ao sistema econômico. Ligadas ao conceito de “desenvolvimento sustentável” e à idéia de um mercado verde, as empresas dos anos 90 começam rapidamente a recuperar o tempo perdido, abandonando, de forma gradual, as atitudes negativas em relação às questões ambientais. No contexto desta emergência e expansão por “ondas”⁵ sucessivas e convergentes, encontramos nos anos 90 um ambientalismo projetado sobre as realidades locais e globais, abrangendo os principais espaços da sociedade civil, do estado e do mercado. O ambientalismo deste final de século, tal como a conferência das nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Fórum Global (Rio-92) deixaram claramente em evidência, adota um perfil complexo e multidimensional, de grande iniciativa e capacidade de ação ética e comunicativa, que o habita, para se constituir num eixo civilizatório fundamental, na direção de uma maior cooperação e solidariedade entre nações, povos, culturas, espécies e indivíduos” (Andri Werner Stahel. *Capitalismo e entropia: Os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis*. In: Cavalcanti,

conjunto multidimensional da sociedade, para a compreensão da questão ambiental local e global.

Os autores acima situam as questões que envolvem o tema de desenvolvimento sustentável, caracterizando a dimensão da atual problemática ambiental, como contexto de “esgotamentos” dos diversos sistemas da biosfera. A complexidade desse fato requer a reflexão e mobilização de amplos setores da sociedade, na busca de soluções e de construção de um tipo de desenvolvimento comprometido com as necessidades de sustentabilidade da vida no planeta das gerações atuais e futuras. Nesse sentido, a noção de sustentabilidade coloca-se como operadora possível dessa realidade de desenvolvimento, firmando-se com tendência de novo paradigma do desenvolvimento humano, na medida que se compreende que o desenvolvimento sustentável resulta do conjunto de relações presentes na dinâmica sócio-ambiental planetária.

Stahel, ao analisar o tema de sustentabilidade, considera além dos aspectos materiais e econômicos, o conjunto multidimensional e multifacetado que compõe o fenômeno de desenvolvimento, constituído pelo conjunto das relações e fatores políticos, sociais, culturais e físicos. A sustentabilidade do todo se assenta “na sustentabilidade das partes”. O equilíbrio desses fatores dependem do grau de coesão e harmonia social, da cidadania, da alienação, dos valores éticos e morais, do grau de polarização social e política, dos valores da sociedade e do nível entrópico do sistema (Stahel, 1995, p. 109). A busca da sustentabilidade requer a compreensão que integre aspectos materiais e políticos, considerando a história da sociedade humana na relação indissociável entre os aspectos ambiental e o social.

Esse enfoque em torno da sustentabilidade atribui interdependência entre os vários aspectos – físico, material, econômico, ambiental, social, político e cultural - constituindo-se numa noção ampla de sustentabilidade. Inicialmente, o termo sustentabilidade referia-se à sustentabilidade biológica (ou ecológica). Nesse enfoque,

amplia-se o conceito, tomando corpo a noção de sustentabilidade ampliada⁶, assumindo, por exemplo, as dimensões ética, temporal, social e prática. Ética quanto à possibilidade de riscos à vida da própria espécie humana; temporal, enquanto solidariedade com as futuras gerações; social, no que se refere ao consenso da necessidade de construção da sociedade sustentável; prática, quanto à imperiosa necessidade de mudança de hábitos e comportamento, especialmente em relação ao atual padrão de consumo.

Stahel inseriu a discussão de sustentabilidade em um contexto mais amplo do que a própria sustentabilidade do sistema industrial capitalista. Analisa o funcionamento do capitalismo e sua dinâmica a partir da noção de entropia⁷, com objetivo de evidenciar a dimensão histórica desse debate, enfocando aspectos políticos necessários ao desenvolvimento sustentável.

Ao considerar a noção de entropia, Stahel destaca o princípio de qualidade no processo entrópico. O estado de entropia significa a transformação de qualidade num sistema fechado. O melhor exemplo de sistema fechado, no nível material, é a Terra⁸. Poder-se-ia pensar, a grosso modo, que a transformação de um estado de ordem para outro, requer um dispêndio de energia para ser realizado. Assim, estado de coerência, na ordem do sistema, é estado de baixa entropia, consome pouca energia - recursos naturais

⁶ Para Guimarães, a noção de sustentabilidade ampliada configura-se pela sustentabilidade ecológica; sustentabilidade ambiental; sustentabilidade demográfica; sustentabilidade cultural; sustentabilidade social; sustentabilidade política e sustentabilidade institucional. Texto disponível na Internet: [http:// www. ibam.org.br/parceria](http://www.ibam.org.br/parceria) 21, em 10 mar. 1999.

⁷ A lei da entropia, relacionada aos processos econômicos, foi desenvolvida por Georgescu-Roegen. Essa lei é a segunda lei da termodinâmica (considerada a mais econômica das leis da física). Trata-se de uma transformação qualitativa, enquanto que a primeira lei da termodinâmica trata da conservação da matéria e da energia, considerada a totalidade do sistema em seus aspectos quantitativos. Altvater trata também dessa lei em seus trabalhos.

⁸ Stahel considera que a Terra se constitui em dois níveis de sistema – sistema aberto (nível energético) e sistema fechado (nível material) e afirma que: “No nível energético, onde a Terra aparece como um sistema aberto, pela capacidade de absorção e transformação da energia solar e da sua circulação pelas cadeias alimentares, serve de base energética para a manutenção da biosfera. Já do ponto de vista material, no qual a Terra aparece como um sistema fechado, a biosfera se mantém pela perfeição do seu sistema de reciclagem do material. É por não ser um sistema fechado do ponto de vista energético que a vida sobre a Terra consegue manter-se frente à degradação entrópica por mais de três bilhões de anos: a degradação entrópica de ponto de vista energético é mais do que compensada pela contínua absorção e transformação de baixa entropia solar, sendo também esta energia que permite a permanente retransformação e reciclagem material (Andri Werner Stahel, op. cit., p. 112).

disponíveis; o estado de alta entropia requer maior quantidade de energia para se efetivar, como a produção de lixo e poluição.

A análise do autor sobre o sistema capitalista parte da ótica do mercado, enquanto dinâmica determinante na lógica de acumulação e expansão capitalista. A garantia da eficiência produtiva do capitalismo de mercado tem como custo a ineficiência social e a ineficiência ambiental. A quantidade representa a base da acumulação e do consumo, atribuindo dimensão única ao mercado, através do valor monetário. Esse mercado se estabelece com a primazia do valor-de-troca sobre o valor-de-uso. Os critérios de quantidade do valor-de-troca se sobrepõe aos critérios de qualidade do valor-de-uso. Considera a relação qualidade/quantidade como elemento determinante na reflexão sobre sustentabilidade do sistema.

O ponto de interseção entre entropia e mercado é determinado pelo princípio da qualidade. Um modelo, para ser sustentável, terá que apresentar o princípio de qualidade. Stahel coloca a necessidade de haver relação equilibrada entre os aspectos qualitativos e quantitativos, para se estabelecer a base da sustentabilidade desse sistema, sendo que a “busca de sustentabilidade exige que coloquemos novamente a busca do equilíbrio qualitativo vital no centro das nossas preocupações e do funcionamento do nosso sistema ... uma reinversão do próprio sistema capitalista vigente” (Stahel, 1995, p. 117). Uma sociedade sustentável, para ser edificada, num primeiro momento, dependerá de uma reconstrução política da sociedade atual.

Outro aspecto do debate em torno da sustentabilidade - considera o autor - deve partir da realidade objetiva do processo de desenvolvimento capitalista, procurando identificar a “força essencial que se coloca na base da dinâmica capitalista”, para que seja possível discutir a sua sustentabilidade. Considerando essa afirmação para o contexto da realidade urbana da cidade, parece-nos importante identificar esta força mobilizadora das relações urbanas e que, embora esteja contida na dinâmica mais geral capitalista, necessita ser explicitada, enquanto determinante da sustentabilidade da cidade.

Na cidade, essa lógica capitalista evidencia-se com maior ênfase na mercantilização do espaço da cidade. A terra urbana adquire valor, privatizando-se, com o espaço urbano transformado em mercadoria, variando seu preço de acordo com os atributos físicos e de localização. Esse fato determina a organização espacial da cidade e as condições de sustentabilidade urbana.

1.2 – As dimensões da crise ambiental

A atual crise ambiental, reflexo da contradição inerente ao sistema de desenvolvimento capitalista, revela o caráter insustentável da sociedade industrial contemporânea. Apresenta-se como uma das facetas da crise mais ampla da sociedade, incluindo a crise econômica, política, social, ideológica, cultural, ética e moral. Isso perpassa o atual momento da civilização, englobando não só as sociedades industriais mais avançadas, como também, aquelas em desenvolvimento.

O cenário caracteriza-se por profundas desigualdades e desequilíbrios, desagregação, marginalização, violência e exclusão. O cenário manifesta-se pela impotência dos instrumentos políticos e econômicos diante do sistema econômico-financeiro globalizado, concentrado e dominado pelos grandes grupos transnacionais, pelos desequilíbrios sociais e econômicos, em decorrência das relações político-econômicas globalizadas e da dependência internacional, gerando níveis elevados de desemprego e marginalidade social; pelo processo de violentas disputas entre a variados grupos étnicos e raciais; pela concentração de poder econômico e político, obedecendo à lógica do sistema ao produzir uma minoria de privilegiados às custas de uma maioria destituída de acesso aos bens produzidos pelo sistema, obrigando-se a usufruir apenas do lado negativo, gerado pelas péssimas condições de trabalho, poluição e a má qualidade de vida na periferia das cidades; por um contexto de violência, desagregação e desenraizamento social, segregação e discriminação social, alienação e exclusão, em todos os aspectos da vida urbana.

Essa crise, ainda, manifesta-se no plano cultural, pelo rompimento da certeza positivista de progresso que, até o momento, orientou e acompanhou os fins capitalistas, questionando o modelo de desenvolvimento dominante (Stahel, 1995, pp. 118-121). Esse quadro de crise aprofunda a insustentabilidade nas metrópoles, fragilizando o conjunto de relações urbanas e a própria sustentabilidade da cidade contemporânea.

No âmbito da crise ambiental, os problemas se potencializam, em conseqüência dos processos de degradação e riscos ambientais diante de agravos como: concentração de gases de efeito estufa; destruição da camada superior de ozônio; elevado grau de pilhagem dos recursos naturais (pesqueiros, florestais, energéticos, minerais); destruição do solo agrícola; poluição atmosférica e hídrica; degradação da qualidade de vida nos centros urbanos, gerada pelo crescente padrão de urbanização, entre outros tantos problemas que configuram o amplo cenário de espoliação e degradação ambiental no atual momento civilizatório.

Na cidade, esse contexto, manifesta-se, de modo especial, pela concentração urbana⁹. Os agravantes importantes dessa crise medem-se pela própria dimensão dessa concentração e pelas necessidades geradas para manutenção da vida nesse espaço urbano. Os métodos utilizados nos países de industrialização avançada se reproduzem nos países em desenvolvimento, causando aumento das desigualdades existentes, sendo a maioria da população urbana marginalizada e uma minoria beneficiada. Num contexto de deterioração pela proliferação de guetos dentro da cidade, aliados ao desemprego crônico, às tensões raciais e étnicas, à violência urbana, ao consumo de drogas, não permitindo que os países de industrialização avançada sejam merecedores de elogios na gestão das cidades.

⁹ Sachs, ao tratar dessa problemática, afirma que, no início do século XXI, a população de baixa renda das cidades do Terceiro Mundo irá se apresentar como uma nova maioria entre a população mundial. Segundo estimativas mais recentes, o número de habitantes urbanos do Sul, dobrará de 1980 ao ano 2000, de um para dois bilhões de habitantes, sendo provável que dobre (Ignacy Sachs. Estratégias de transição para o século XXI. In: Bursztyn, Marcel(org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1991, pp. 29-45).

Assim, entende-se que a insustentabilidade caracteriza o conjunto de relações urbanas contemporâneas, apresentando como antecedentes históricos o próprio processo de trajetória de formação¹⁰ da cidade. As contradições urbanas existentes no processo de expansão da cidade tinha subjacente a determinante de insustentabilidade, como elemento constitutivo da formação da cidade. Na trajetória histórica, a cidade assumiu a função de pólo, como campo magnético, com poder de atração e reunião, concentrando os homens em aglomerados urbanos. Caracterizou-se pelo fenômeno de deslocamento da população do campo para esse centro urbano. A cidade esteve sempre em descompasso para atender os fluxos migratórios da população que, de forma permanente, passou a se aglomerar nesse espaço urbano, que não apresentava estrutura urbana e infra-estrutura de serviços para atender as dimensões dessa aglomeração. Assim, esse meio urbano foi marcado pela degradação das condições e da qualidade de vida da população.

Na perspectiva de se analisar a crise ambiental urbana, há necessidade de se buscar transcender a percepção da “catástrofe urbana”¹¹, de possíveis riscos presentes na cidade. Os problemas ambientais são determinados por temas como tratamento e disposição de resíduos sólidos, devastação decorrente de práticas fundiárias e imobiliárias especulativas, localização de atividades poluidoras, abastecimento de água e tratamento de esgoto. O rebatimento da crise ambiental na realidade urbana das cidades brasileiras se configura nesse contexto geral da crise ambiental, em que a degradação das condições de vida, riscos, ausência de políticas públicas, falta de organização e participação complementam esse quadro de problemas ambientais.

¹⁰ O urbanismo, nos seus primórdios, surgiu como ciência nova na perspectiva de encontrar soluções diante dos problemas originários dos fluxos migratórios e da aglomeração na cidade, na medida em que imperava na cidade a mais completa desorganização física e social, uma realidade de caos urbano. As cidades comparavam-se a formigueiro de pessoas, aglomeradas ao redor das fábricas, ao longo das ruas imundas, dominadas por condições insalubres com esgoto correndo pelas ruas e montanhas de lixo expostas pelas ruas, proliferando as epidemias. A vida das cidades européias dos séculos XIX e início do XX, tendo como polo de atração as chaminés das fábricas, evidencia que a sustentabilidade da cidade já se colocava como questão a ser considerada.

¹¹ Para Tsiomis(1994), as muitas faces e aspectos da catástrofe urbana - poluição, demografia incontrolada, infra-estruturas e comunicação falidas, etc. assumem uma constatação comum, em que o meio ambiente artificial e urbano se apresenta como crise de múltiplas características quantitativas e qualitativas, com o deslocamento do tecido espacial e social.

A natureza dos problemas ambientais decorre do desenvolvimento capitalista industrial e do padrão de urbanização, comprometendo de forma negativa a sustentabilidade das grandes metrópoles brasileiras que não conseguiram atenuar a deterioração das condições ambientais. A expansão da urbanização descontrolada promoveu exclusão e segregação, com acentuado impacto nos segmentos pobres da população, com reforço do padrão ambiental, em elevado grau de degradação. As conseqüências desse processo caracterizam-se pela ocupação de áreas impróprias para habitação, apresentando condições de moradias precárias e sem infra-estrutura, localizadas, em sua maioria, em áreas de encostas, várzeas, áreas de proteção de mananciais e áreas costeiras e de estuários.

Esse processo de crescimento desordenado e seu impacto nos ecossistemas da cidade, refletem-se em riscos para a população. A falta de moradia adequada, a carência de infra-estrutura e serviços urbanos insuficientes, assumem, no contexto da crise ambiental, dimensão proporcionalmente equivalente aos problemas e desequilíbrios ambientais globais, gerados pelo aquecimento do planeta e destruição da camada de ozônio.

Portanto, pensar sobre a sustentabilidade da cidade, implica em voltar à reflexão sobre as formas de insustentabilidade como fatores de redução da base material e energética da vida urbana, estabelecendo limites e riscos nas condições ambientais existentes nesse espaço urbano.

Nessa direção, pode-se considerar que a cidade apresenta duas faces diferenciadas, caracterizada uma das faces pela própria natureza do urbano¹² como:

locais privilegiados para geração de emprego, para inovação, para ampliar as oportunidades econômicas. Os centros urbanos revelam enorme agilidade na construção de uma rede de relações no plano econômico, político, cultural, comunicação com zonas rurais, pequenas, médias e grandes cidades ... uma parcela significativa da população mundial passou a ter acesso a um alto nível de consumo e riquezas (Ferreira e Viola, 1996, p. 136).

¹² O urbano, para Lefebvre, não pode ser compreendido sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade (Henry Lefebvre, op. cit., p. 53).

Na outra face da cidade, “estão os excluídos, aqueles que não conseguem satisfazer suas necessidades materiais básicas ... as cidades no mundo defrontam-se com a situação da inclusão/exclusão” (Ferreira e Viola, 1996, p. 136).

Essa dualidade aparece como tendência no desenvolvimento das cidades contemporâneas, evidenciando as contradições urbanas, explicitadas por dimensões em que, de um lado, os espaços públicos são criados, socializando-se a vida urbana e, de outro lado “crescem as zonas privatizadas; aumenta-se a oferta de serviços públicos e equipamentos coletivos, mas também aumenta o número de pessoas que vivem ilhadas em áreas degradadas e periféricas, sem meios de informar-se e ter acesso a esses equipamentos” (Ferreira e Viola, 1996, p. 136).

Na origem dessa dualidade urbana está a política de desenvolvimento, manifestada pelo planejamento da cidade, gerando desequilíbrios sociais, ambientais e de insustentabilidade das relações na cidade.

Vale lembrar que, com a economia globalizada, as cidades desempenham importantes funções na atração de investimentos e atividades diversificadas, repercutindo nas áreas intra-urbanas, devendo expressar novas feições na gestão do desenvolvimento urbano, misturando novas e velhas formas de relações urbanas, ou seja, misturando as duas faces da vida urbana. Em decorrência, se estabelece um campo de conflitos entre essas duas faces existentes na cidade, explicitadas pela dimensão dos aspectos locais e globais, provocando a criação de novos hábitos. As demandas decorrem da globalidade em contraposição à dimensão das necessidades próprias, com características locais da cidade. Tal conflito fragiliza a ordem interna das cidades, compromete a sustentabilidade da cidade, aprofundando os interesses daqueles segmentos da população, (a minoria), que detêm o poder de formular e executar propostas para o desenvolvimento da cidade e aqueles segmentos (a grande maioria), que não participam das decisões sobre os seus destinos e seus interesses. Assumem, assim, reações de irresponsabilidade e descompromisso, ou de posições de confronto, no contexto vulnerável desse espaço urbano (Moura e Magalhães, 1994, p. 20).

Por outro enfoque, considera-se que o avanço tecnológico na área da informação nos setores de comunicação e transporte criaram possibilidades de descentralização do processo de urbanização ao permitir superar os obstáculos de ordem espacial, em relação à localização das atividades econômicas e dos centros de decisões. Reduz-se a necessidade de concentração dessas atividades, uma vez que a proximidade física torna-se desnecessária. O impacto das relações geradas pelas novas tecnologias informacionais induzem a formação de uma nova ordem, na distribuição espacial do meio urbano, produzindo impactos nas condições de sustentabilidade da cidades.

Na era da globalização, a cidade desempenha a função de atrair atividades de investimento, aperfeiçoando e adaptando a política de tributos às novas exigências estabelecidas pelos investidores e pelo mercado. Ao se integrarem a esse novo contexto global, as cidades estabelecem relações diretas com lugares distantes do planeta, apresentando uma dimensão de independência do seu meio geográfico local e regional imediato, pelo fato de estarem inseridas num padrão de cidades globais e sediarem atividades econômicas nacionais e internacionais, vindo a alterar a hegemonia das funções hierárquicas da rede urbana, desregionalizando o sistema urbano¹³ dessas cidades. Exemplo significativo desse processo está sendo a cidade de Curitiba, com a instalação de empresas automobilísticas transnacionais, em sua Região Metropolitana. Gerou-se impacto ambiental negativo, comprometendo a sustentabilidade das cidades dessa região, tendo em vista que, a instalação dessas empresas deu-se nas áreas dos mananciais de abastecimento da água.

Independentemente das relações de modernidade tecnológica, presente nas cidades, a dimensão dos problemas determinados pelas atuais concentrações urbanas configura-se pelos agravos à qualidade ambiental. Ressalte-se a inexistência de instrumentos de controle eficazes, disciplinadores da ocupação, do uso das áreas urbanas e do resultado do seu impacto, pela produção de poluição em relação ao lixo, esgoto...

¹³ Moura e Magalhães analisam essa questão a partir do processo de urbanização ocorrido no Paraná nas duas últimas décadas, desenvolvendo análise sobre a atual crescimento das cidades (Rosa Moura, Marisa

Esses agravos ambientais nas cidades contemporâneas são provocados pela aceleração das tendências globalizantes. Constitui-se, desta forma, um espaço de insustentabilidade urbana, em que os desequilíbrios ambientais assumem proporções locais, determinando riscos ambientais e alta entropia com dimensões globais, comprometendo o equilíbrio qualitativo essencial à sustentabilidade na cidade. Assim, recolocamos a questão¹⁴: será a unidimensionalidade do mercado capaz de assegurar o equilíbrio qualitativo das cidades?

A análise de Stahel sobre essa questão, aponta para responsabilidades e possíveis soluções no âmbito do próprio capitalismo de mercado, para a necessidade de propostas políticas de regulação e controle e para reorientação das necessidades, requerendo o redirecionamento da produção no atual estágio industrial.

A insustentabilidade e os riscos ambientais caracterizam a realidade da cidade, comprometendo as condições quanto aos limites de equilíbrio da sustentabilidade urbana, principalmente para os setores pobres da população, excluída e segregada, expostos a um padrão ambiental urbano degradado, tendo na pobreza e nas desigualdades as principais

Valle Magalhães. Leitura do padrão de urbanização no Paraná nas duas últimas décadas. In: Iparides. *Revista paranaense de desenvolvimento*, no. 82. Curitiba: Iparides, 1994, p. 20).

¹⁴ Para aprofundar a compreensão da questão colocada, Stahel propõe partir da noção de “internalização das externalidades”, constituída de dupla redutibilidade”, primeiro, a de que os efeitos qualitativos que acompanham e decorrem do processo econômico e que possam por em risco algum equilíbrio vital para a sustentabilidade deste mesmo processo possam a ser de tal modo reduzidos a um valor monetário, de modo que essa alteração quantitativa em seus preços/custos leve a um redirecionamento das atividades, eliminando estas externalidades qualitativas ... por exemplo, a polarização social (a concentração e a má distribuição de poder econômico e político) e a resultante ausência de consciência política, de cidadania, a luta de sobrevivência no imediato, etc., são vistos como exemplo de um desequilíbrio político e social, com graves consequências para os demais equilíbrios vitais e centrais para a sustentabilidade ... Em segundo lugar, pressupõe a redutibilidade de que as decisões calcadas nestes indicadores quantitativos sejam de tal modo influenciadas e dirigidas, que elas limitem a um nível sustentável ou tolerável os seus efeitos externos. Ou seja, que a quantidade se traduza nos efeitos qualitativos desejados, como exemplo, os impostos compensatórios pagos por empresas poluentes (Andri Werner Stahel, op. cit., pp. 109-110).

determinações. As conseqüências da pobreza¹⁵ e a desigualdade são confundidas com as conseqüências da degradação ambiental.

Esses agravos são efeitos dos desequilíbrios do processo de urbanização na cidade. Apresentam variado leque de limites na sustentabilidade como : - contaminação dos recursos físicos como os mananciais de água; - deterioração das condições de saúde da população; - serviços de rede de esgotos e de água insuficientes para atender a população da cidade; - falta de controle da descarga dos dejetos industriais e agrícolas; - falta de espaço adequado na destinação final de depósitos de resíduos sólidos; - deficiência na coleta e tratamento dos resíduos sólidos; - deficiência no controle e tratamento de poluentes do ar emitidos por indústrias e veículos; - ocupação de espaços impróprios para habitação, como as áreas de proteção de mananciais, regiões de encostas, várzeas, áreas costeiras e de estuários.

Nesse sentido, os limites colocados pela degradação ambiental são, na realidade, os riscos a que a população está exposta, diante do impacto causado pelos agravos ambientais que vão da contaminação dos mananciais de água potável; da destruição do ecossistema e do entorno natural das áreas de encostas, provocando deslizamento, com riscos de perda de vida e destruição de moradias precárias; das enchentes provocadas em decorrência do excesso de impermeabilização do solo; da precariedade da infra-estrutura de drenagem das águas pluviais; da falta de manutenção das galerias e das bocas de lobo, às ligações clandestinas de esgotos.

Observa-se, cada vez mais, a complexidade das relações urbanas existentes nas grandes cidades do planeta, em decorrência dos problemas relacionados aos

¹⁵ De acordo com Bursztyn, estudo realizado pela Cepal demonstra que o Brasil tem um número de pobres e indigentes maior que a média dos dezenove países da América Latina. Esse estudo dividiu a pobreza em dois níveis: indigentes – aqueles com casa e renda mensal inferior ao custo da cesta básica; pobreza – aqueles com casa e renda inferior ao dobro do custo da cesta básica. Na média, havia na América Latina, em 1986, 37% de pobres e 17% de indigentes. No caso do Brasil, em 1986, havia 40% de pobres e 18% de indigentes, sendo 58% da população contra 54% da média latino-americana (Marcel Bursztyn. Crise social e meio

resíduos sólidos. Atualmente esses dejetos colocam-se como agravos globalizados, estabelecendo-se como elementos importantes na determinação dos limites de sustentabilidade da cidade, sendo ameaça de riscos eminentes para a população no seu espaço da moradia. Tais riscos estão localizados na totalidade do processo, gerados desde a produção, coleta, tratamento, disposição e destinação final. Os efeitos materiais, sócio-ambientais, no tratamento dos resíduos sólidos, são componentes significativos da política ambiental de sustentabilidade da cidade.

1.3 – Sustentabilidade na dimensão dos riscos, participação e cidadania

Algumas preocupações são necessárias à reflexão sobre sustentabilidade, em relação a três indagações - o que tem que ser sustentado? para quem? e por quanto tempo? Encontrar respostas a tais perguntas centrais e determinadas socialmente, visa precisar a noção de sustentabilidade de que estamos tratando no estudo.

Para delimitar o enfoque atribuído à noção de sustentabilidade estudada, estabelecemos quatro parâmetros que funcionam como referências metodológicas para encaminhar a investigação: necessidade e riscos; organização e mobilização; poder público e políticas públicas, participação e cidadania. Tais parâmetros, na exposição da análise, tiveram sua abordagem ampliada.

1.3.1 - necessidades humanas e sociais

Para se criar uma civilização sustentável, há a necessidade de se discutir e redefinir o conceito de necessidades humanas. A busca da sustentabilidade passa pela reflexão acerca da produção e reprodução das necessidades. Na sociedade capitalista, a produção objetiva assegurar a expansão indefinida e insustentável da estrutura produtiva desse sistema social.

A base de legitimação do capitalismo está na satisfação das necessidades individuais e coletivas, tendo como fim soberano o mercado e a expansão produtiva do sistema, em que a determinante de consumo visa criar e suscitar novas necessidades, numa escalada contínua de necessidades nunca satisfeitas. A expansão constante do capital e a busca da produção pela produção, refletem o fim último do sistema, ou seja, longe de buscar a satisfação das necessidades, ele se sustenta na busca constante de criar e suscitar novas necessidades, única forma pela qual o excedente gerado na produção pode se realizar no mercado, ou seja, a produção crescente exige necessidades continuamente insatisfeitas. A definição de necessidades inscreve-se de forma necessária no “âmbito” de um certo conjunto de regras relativas a um ou mais sistemas culturais que determinam certo grau de necessidades a serem satisfeitas. As necessidades¹⁶, portanto, são historicamente determinadas. Trata-se da busca de bem-estar como princípio qualitativo da vida no planeta, sendo, em termos materiais, a satisfação das necessidades humanas.

Ao buscar, insaciavelmente, a satisfação das necessidades sociais, o capitalismo utiliza-se dos recursos de comunicação com objetivo de suscitar, de forma permanente, novas necessidades e novas frustrações. Ao tratar da satisfação das necessidades, o tema de consumo emerge prioritário, vincula-se diretamente à produção e à destinação dos resíduos sólidos na sociedade. A complexidade dessa temática coloca-se diante da situação em que os produtores estimulam o consumo dos bens produzidos, enquanto que os consumidores aperfeiçoam seus hábitos de consumo e desperdício.

Entende-se que o fator de identidade em torno das necessidades relacionadas às condições de sustentabilidade na cidade, coloca-se como elemento determinante na constituição de movimentos sociais, das práticas sociais, da participação e da cidadania. A ausência, definida como carência¹⁷ e como necessidade¹⁸ de determinado grupo social,

¹⁶ Para Stahel: “a eliminação da pobreza e a busca de bem-estar passam necessariamente pela questão de redefinição das necessidades (e dos símbolos de “status” no interior de uma sociedade) e da distribuição equitativa (e não da produção) destes. Confrontados com a aceleração da degradação entrópica, decorrente da sociedade de produção e do consumo em massa, esta questão certamente torna-se vital na busca de equilíbrios sustentáveis” (Andri Werner Stahel, op. cit., p. 123).

¹⁷ Nunes tratou a noção de “carências” como recurso para “ajudar a pensar os movimentos sociais urbanos simultaneamente ao nível macro e micro social, por associá-lo diretamente a mediações fundamentais da

determina ações sociais que correspondem à identidade de interesses, dando origem a movimentos sociais que "se inscrevem num conjunto de práticas que podem ser identificadas como lutas pela obtenção de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades de reprodução" (Sader, 1988, p. 43).

O estudo da noção de necessidade, na dimensão da sustentabilidade na cidade, coloca-se como elemento de análise significativo para a compreensão dos problemas ambientais e a construção de possível identidade de interesses. Esses elementos podem constituir ações sócio-ambientais, diante dos problemas e riscos relacionados à moradia e às condições de insustentabilidade na cidade. Dão origem a constituição de movimentos sociais, instituindo práticas, gerando a participação dos moradores, ao reivindicar necessidades como providências quanto aos problemas decorrentes dos resíduos sólidos, saneamento, drenagem e limpeza de rios, na garantia da cidadania.

1.3.2 - os riscos ambientais

Os riscos e agravos ambientais, no contexto dos centros urbanos, assumem proporções consideráveis, em que o impacto tem se tornado devastador como – as proporções elevadas de enchentes e suas conseqüências no cotidiano da vida na cidade; problemas em relação aos resíduos sólidos, com o despejo inadequado de lixo em áreas já em início de degradação; poluição do ar e da água.

prática social ... a determinação de carências é um processo subjetivo e individual e é realizada mediante escolhas entre carências diversas, e estas implicam reciprocamente opções entre valores e modos de vida ... outra mediação é a existência de um conjunto de carências cujo atendimento é socialmente sancionado como legítimo e como contrapartida da obrigação política" (Edison Nunes. Carências urbanas, reivindicações sociais e valores democráticos. In: Cedec, *Revista Lua Nova*. São Paulo: Cedec, junho 1989, pp. 67-68).

¹⁸ De acordo com Sader, a elaboração cultural das necessidades, no caso dos movimentos sociais, há a necessidade de constituição de uma identidade como significado daquilo que define um determinado grupo enquanto grupo. Essa identidade, derivada da posição assumida pelo grupo, encontra-se corporificada em instituições determinadas, em que acontece a elaboração de uma história comum que lhe atribui conteúdo e em que ocorre a regulação das práticas coletivas, que lhe fornecem atualidade. Como exemplo, os sujeitos em questão podem ser membros de um sindicato ou militantes de um partido. Os movimentos sociais dependem também do modo de articulação dos objetivos "práticos" a valores que atribuem sentido à existência do grupo a ser considerado e, dependem ainda e sobretudo, das experiências vividas e que, ao ficarem impregnadas em certas representações e emergirem, tornam-se elementos para o grupo se identificar, reconhecer seus objetivos,

Outro aspecto relaciona-se ao fato de que, atendendo a regras do mercado especulativo em torno da moradia, os espaços urbanos, em que estão localizadas as terras mais baratas e, assim, acessíveis a setores pobres da população, via de regra, são áreas que apresentam baixa qualidade ambiental de habitabilidade. São áreas de encosta, de reserva de mananciais, áreas muito próximas a fontes poluidoras, áreas de reservas florestais.

De modo geral, essas áreas, na sua origem e função natural, não possuíam vocação para fins habitacionais, apresentando já avançado estado de degradação ambiental. Em muitos casos, tornam-se áreas degradadas a partir de sua ocupação. Os riscos ambientais são iminentes para a população assentada em tais áreas. Pela falta de acesso aos serviços públicos, essas áreas são precariamente urbanizadas. Nesse sentido, há convergência dos diversos problemas ambientais urbanos, requerendo soluções administrativas, diante dos riscos de caráter sócio-ambiental.

A complexidade que marca as relações urbanas contemporâneas é crescente, comprometendo os sistemas ecológicos e sociais de sustentação da vida da população nas áreas urbanas em condições de insustentabilidade. Jacobi adota os argumentos de Beck¹⁹ de uma lógica de distribuição de riscos, que, afetando desigualmente a população, “estão diretamente relacionados com a modernidade reflexiva e os ainda imprevisíveis efeitos da globalização” (Stahel, 1997, p. 386). O confronto da sustentabilidade com o “paradigma da sociedade de risco de Beck”, tem como consequência a ampliação das práticas do direito à informação e de educação ambiental, visando uma ação integradora na gestão dos problemas ambientais urbanos, tendo com resultado reorganizar o poder e a autoridade.

o mundo que o envolve, em cuja elaboração as experiências se identificam em interesses (Eder Sader. *Quando os novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 43-44).

¹⁹ Beck (1994) desenvolveu seu estudo sobre os riscos, considerando como primeira tese o fato de que a definição de risco está aberta para processos sociais; a segunda, os riscos relativizam as posições de classe; a terceira considera que os riscos da modernização não contradizem a lógica da valorização do capital; a quarta destaca o papel da consciência na sociedade de riscos, exigindo da sociologia uma contribuição na formulação de uma teoria do surgimento e divulgação de uma consciência de risco; na quinta tese na sociedade de risco, como sociedade catastrófica, o estado de emergência ameaça tornar-se o estado normal.

Os riscos ambientais se manifestam nas necessidades transformadas em ações coletivas do movimento social, criando visibilidade na sociedade, passando a desempenhar função educativa com a sensibilização da população, quanto a possíveis conseqüências deletérias desses riscos à sustentabilidade da cidade. Essas ações constituem-se, também, em espaços de participação social da população, podendo contribuir para a gestão compartilhada dos decorrentes problemas ambientais, em que estejam presentes os principais atores envolvidos nessa problemática como a sociedade civil organizada e o poder público.

A sustentabilidade, diante do quadro de riscos ambientais, revela o desafio de fundamento político, conforme Guimarães afirma “antes de reduzir a questão ambiental a argumentos técnicos para a tomada de decisões racionais, devem-se forjar alianças entre os distintos grupos sociais capazes de impulsionar as transformações necessárias” (Guimarães, 1998/1999, p. 3), como formas de enfrentamento da crise ambiental.

1.3.3 - aspectos políticos e sociais

Os aspectos sociais e políticos, no que se refere as condições de sustentabilidade tratada nesse estudo, são determinados pelas necessidades humanas e sociais, riscos e agravos, práticas sociais, participação e cidadania no âmbito das relações sócio-ambientais na cidade.

As condições de insustentabilidade no contexto da cidade, situam-se no campo das necessidades e riscos, correspondendo a certas ações sociais de interesse de uma coletividade. As necessidades, transformadas em identidade de interesses coletivos, possibilitam a instituição de organizações sociais, práticas sociais, processos de lutas, de participação e cidadania. O cenário da crise ambiental, constitui-se como oportuno para a emergência dessas manifestações da sociedade.

Guimarães analisa esses aspectos da questão ambiental a partir do desafio eminentemente político a ser enfrentado pela sustentabilidade. O fundamento está

estritamente vinculado ao processo de fortalecimento da democracia e da construção da cidadania e procura garantir a incorporação plena dos indivíduos no processo de desenvolvimento, que se resume, no nível micro, à democratização da sociedade civil e, no nível macro, à democratização do Estado. (Guimarães, 1998/1999, p. 2)

Outros autores, como Leis e D'Amato, tratam do tema da democracia relacionado à sustentabilidade, abordando o aspecto político a partir da participação da sociedade na evolução do ambientalismo, em sua dimensão ética, constituindo-se como movimento de integração e de totalidade. Os atores e setores do ambientalismo, para atenderem a crise ecológica civilizatória, são igualmente necessários, não existindo uma condição em que um seja melhor ou pior que o outro. Cada ator ou setor do ambientalismo cumpre um papel na evolução do conjunto desse movimento, construindo um "estado de espírito" na perspectiva de um enfoque teórico-prático de um movimento de construção do ambientalismo vital.

Os autores apontam para o aspecto significativo da participação de todos os setores diante da complexidade colocada pela crise ambiental. Nesse sentido de participação, a contribuição de Jacobi sobre as noções de participação, fornecem elementos para a compreensão dos aspectos sociais e políticos que demarcam a reflexão sobre sustentabilidade. Afirma que:

trata-se de criar condições para a ruptura com a cultura política dominante, e para uma nova proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação. Esta se caracterizara principalmente pela presença crescente de uma pluralidade de atores que, através da ativação do seu potencial de participação terão cada vez mais condições de intervir consistentemente e sem tutela nos processos decisórios de interesse público. (Jacobi, 1996, p. 280)

Nessa dimensão sócio-política da sustentabilidade, encontram-se as oportunidades de enfrentamento da crise ambiental urbana, buscando construir uma intencionalidade, que possa se expressar em materialidade, através das práticas sociais, da participação e da cidadania.

Ao analisarmos a prática educativa de sustentabilidade, como resultado da prática social das lideranças moradoras na Vila Sagrada Família, no processo de participação pela conquista da cidadania, definem-se as categorias de participação,

cidadania e práticas sociais, como categorias teóricas do processo de análise dos movimentos sociais. Tais categorias, também, são suporte para a análise da prática educativa no âmbito das relações sócio-ambientais da cidade no cenário curitibano.

1.3.4 - cidadania

A categoria de cidadania, elaborada e resgatada do ideário liberal, situa-se num vasto universo teórico de trabalhos²⁰, que tratam, de forma específica, dos diversos aspectos relacionados à cidadania. O enfoque a ser considerado localiza-se no âmbito das “análises mais críticas e preocupadas com os processos de mudança social e/ou transformação social e a situação dos excluídos” (Gohn, 1997, p. 265), demarcando as referências que cercam os interesses a serem tratados em nosso estudo.

No aspecto amplo, cidadania²¹ é a “qualidade ou estado de cidadão” e, por sua vez, cidadão é o “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou desempenho de seus deveres para com este”. A cidadania está assentada no tripé Estado/sociedade/direitos, em que a categoria participação inclui-se como suporte dinâmico de mediação no binômio Estado/sociedade pelo exercício das práticas sociais do cidadão ao buscar garantir seus direitos.

Entende-se que a noção de cidadania deva ser considerada a partir da ótica do cidadão, sendo a sociedade o “locus” privilegiado de participação do cidadão na manifestação da sua prática social, tendo o Estado como principal interlocutor dos seus interesses e dos seus direitos.

Essa noção será compreendida na perspectiva da “cidadania ativa” (Benevides, 1996), sendo configurada pela “constituição de cidadãos enquanto sujeitos sociais ativos” na dimensão da sociedade em sua totalidade.

²⁰ Vários autores tratam essa temática, em especial Gohn e Jacobi, a quem tomamos como referência destacada. Outros autores como Buffa, Arroyo e Nosela, Paoli, Moisés, Teles, Benevides, Weffort desenvolvem análise sobre o tema.

²¹ Esse conceito se refere ao Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (Holanda Ferreira, A. B., 1986).

A cidadania coloca-se como um processo em construção, numa dinâmica que implica no “reconhecimento e construção das identidades dos distintos sujeitos sociais envolvidos, o contexto da inclusão das necessidades expressas pelos distintos sujeitos sociais e a definição de novas agendas de gestão, notadamente quanto à extensão dos bens a amplos setores da população” (Jacobi, 1996, p. 11). O processo de construção da cidadania nessa perspectiva, implica, por um lado, em articular fatores de governabilidade e representação e, pelo outro, de participação e de controle pelo cidadão da gestão governamental, como condições necessárias à garantia da construção democrática.

A noção de direito será considerada no contexto da “relação entre direitos universais e direitos humanos, civis, políticos, econômico-sociais e coletivos” (Jacobi, 1996), a partir do campo de significados das necessidades do cidadão a serem respondidas pelo Estado, ou ainda, como a ausência de bens não realizados pelo Estado, podendo corresponder a interesses que se constituirão em uma identidade de um determinado grupo social, vindo a derivar em práticas coletivas, corporificadas por instituições, com uma história comum de experiências cotidianas, como substrato do processo de construção dos espaços de participação cidadina. Vale lembrar que a noção de direito, surgida do ideário liberal, sempre esteve associada ao tema de cidadania.

1.3.5 - participação

A participação²², como instrumento ativo de ação dos sujeitos no espaço público e como elemento de suporte da cidadania, apresenta uma “amplitude

²² De acordo com Gohn, nas ciências sociais desde quando surgiu na América Latina, participação é encontrada como noção, categoria ou conceito. Participação é uma formulação clássica na teoria da ação social - teoria weberiana e parsoniana, teorias que influenciaram os pesquisadores latino-americanos até os anos 60. Participação, nos anos 70, foi resgatada e adquiriu o sentido de “participação da sociedade civil”, em decorrência dos regimes autoritários (político-militares) vigentes na maioria dos países latino-americanos. O teórico da ciência política de maior influência nesse período foi Gramsci. Os estudos de Cardoso, Moisés, Lima, Ammann, Brandão, Singer e Brant, Gohn, trataram a participação como “imperativo nas relações sociais vigentes, como forma de democratizar o Estado e seus aparelhos. Participação se tornou um dos principais termos articuladores no repertório das demandas dos movimentos”. Posteriormente, participação tornou-se jargão popular, sendo apropriada por discursos políticos conservadores, tornando-se expressão obrigatória de todo plano, projeto, programa ou política governamental, assumindo significado de descentralização, em oposição aos processos de centralização dos

conceitual”, em que se registra certa dificuldade em precisar o conceito da categoria “participação”. Tendo em vista que não é possível estabelecer diferenças definidas entre participação social, participação cidadina, participação comunitária e participação popular, o interesse coloca-se, então, em esclarecer o objetivo principal, quando nos referimos à categoria participação, que “ é o de facilitar, tornar mais direto e mais cotidiano o contato entre os cidadãos e as diversas instituições do Estado, e possibilitar que estas levem mais em conta os interesses e opiniões daqueles, antes de tomar decisões ou de executá-las” (Jacobi, 1996, p. 19).

A caracterização participativa dos cidadãos ocorre através do exercício de sua prática social²³, no âmbito da relação Estado/sociedade. O conteúdo dessa prática constitui-se de ações diretas e de discursos. Tais práticas podem ser mais ou menos organizadas - explosão de massa (os quebra-quebras e saques). As práticas mais organizadas caracterizam-se como: formais - reuniões, assembléias, petições burocráticas, abaixo-assinados, mutirões, congressos, eventos, greves para discussões políticas ou socioculturais; ou podem ser informais - acampamentos, teatro ou encenação, passeata-relâmpago, a partir de uma assembléia formalmente convocada, invasões, concentração em frente a algum órgão público, ocupação de uma determinada repartição pública, entre outras tantas práticas criadas no interior do movimento social de acordo com a sua especificidade e necessidades organizativas.

regimes militares. Participação perdeu força como categoria explicativa dos processos sócio-políticos ocorridos na sociedade civil, na década de 80, tendo em vista a generalização do processo de democratização registrado na grande maioria dos países da América Latina (Maria da Glória Gohn. *Teoria dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 264).

²³ A noção de prática social tem como referência a contribuição de Mao Tsé-tung sobre a compreensão de prática social. Para Mao, a prática social não se limitava às atividades de produção, mas a um conjunto variado de outras formas de atividades como a luta de classes, a política ... A prática social é o ponto de partida para o conhecimento humano, sendo que a teoria depende da prática e esta, serve à teoria, em que: “A verdade de um conhecimento ou de uma teoria está determinada não por uma apreciação subjetiva mas pelos resultados objetivos da prática social. A prática une o conhecimento sensível ao conhecimento racional ... Frisamos a importância da prática social dentro do processo do conhecimento, porque é somente sobre a base da prática social do homem que pode nascer nele o conhecimento levando à experiência sensível oriunda do mundo exterior objetivo. O conhecimento começa com a experiência ... Considerar que o conhecimento pode parar no estágio inferior (do conhecimento sensível, prático), considerar que somente se pode confiar nele e não no conhecimento racional, é repetir os conhecidos erros da história do empirismo. ... A filosofia marxista considera que o essencial não é só compreender as leis do mundo objetivo para estar em condições de explicá-lo, mas utilizar o conhecimento dessas leis para transformá-lo” (apud, idem, ibidem, p. 84).

Tal processo realiza-se via práticas sociais do cidadão, pois:

trata de uma forma de intervenção na vida pública com motivação social concreta que se exerce de forma direta, baseada num certo nível de institucionalização das relações Estado/sociedade... pensada principalmente na ótica dos grupos interessados, e não apenas da perspectiva dos interesses globais definidos pelo Estado. (Jacobi, 1996, p. 18)

O espaço em que ocorrem as práticas sociais são os movimentos sociais organizados, entidades da sociedade civil ou cidadãos mobilizados. Esses apresentam, através de diferentes e múltiplos espaços públicos, seus direitos e demandas coletivas para serem incluídas na agenda pública. A participação de que estamos tratando se inscreve no campo dos movimentos sociais que demandam acesso aos serviços públicos, através de diferentes formas de organização e de variadas práticas coletivas, visando ampliar os espaços de cidadania.

A participação, como categoria explicativa do fenômeno de que estamos tratando, tem sua abordagem mais adequada no sentido de buscar ser portadora de interesses sociais em duas dimensões – social e política. Será compreendida no campo delineado pela participação cidadina, enfocada na dimensão cotidiana e do impacto social:

a participação pode assumir duas faces ... primeira, que coloca a sociedade em contato com o Estado, e a outra, que a concentra em si mesma, buscando seu fortalecimento e desenvolvimento autônomo ... trata-se de pensar sobre a participação da população e a sua relação com o fortalecimento de práticas políticas e de constituição de direitos que transcendem os processos eleitorais e seus freqüentemente ambíguos e/ou contraditórios reflexos sobre a cidadania. (Jacobi, 1996, p. 2)

O processo participativo expressa vínculos diretos e inevitáveis das condições específicas e de condicionantes político-institucionais. Mobiliza a dinâmica social caracterizada por um conjunto de determinantes políticos, econômicos e sociais, combinando o ambiente político e a vontade individual do cidadão de participar, organizados, muitas vezes, em grupos de interesses. Esse conjunto de fatores no âmbito da sociedade dão origem a forças motrizes do processo de participação, sendo os movimentos sociais atores importantes dessa dinâmica social.

Para compreender o papel desses movimentos, enquanto atores na dinâmica da realidade social, é fundamental a utilização de metodologia, como instrumento analítico desses movimentos. Assim, adotaremos a metodologia proposta por Gohn, para análise dos movimentos sociais, que indicam o roteiro, contendo elementos e categorias básicas explicativas desse processo analítico.

A autora considera esses movimentos a partir de dois aspectos: o interno e o externo que compõem a dimensão de totalidade dialética dos diversos grupos existentes no movimento social. Na dimensão interna, estes grupos “constroem repertórios de demandas, segundo certos valores, crenças, ideologias etc. e organizam as estratégias de ação que os projetam para o exterior” (Gohn, 1987, p. 257), tendo, como elementos internos básicos de estudo das categorias de análise, as demandas, as reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, por sua vez, a composição social e as articulações do movimento.

As articulações desdobram-se nos níveis interno e externo ao movimento. No nível interno, deverá ser pesquisada a ideologia, o projeto, a organização, as práticas do movimento social. Fornece, ainda, o princípio articulatório que estrutura o movimento em sua totalidade, sendo importante considerar outros elementos analíticos que complementam os já mencionados como - as representações que os movimentos têm de si próprios e dos outros; as conquistas e derrotas; a cultura política construída durante sua trajetória. No nível externo, estão as alianças externas ou as matrizes geradoras dos discursos e das práticas do movimento. Gohn, ao tratar das formas de expressão desses movimentos, indica as categorias de movimentos sociais e seus diferentes tipos de ação social. Assume os riscos de realizar uma tipologia da realidade social até a generalização completa dos fenômenos sociais em que tudo é tratado como movimento social.

Na primeira categoria, estão localizados os movimentos construídos a partir da origem da instituição que os apoia ou obriga seus mandatários; na Segunda, estão os movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana - sexo, idade, raça e cor; na terceira, estão os construídos a partir de determinados problemas sociais; na quarta categoria, os construídos em função de questões da conjuntura das

políticas de uma nação e na quinta categoria, os movimentos sociais construídos a partir das ideologias.

Os elementos colocados fornecem subsídio para a análise explicativa da constituição desses movimentos como sujeito político destacado, em que foram geradas as práticas sociais, a participação e o exercício de cidadania dos moradores da Vila Sagrada Família, buscando explicitar que as práticas educativas de sustentabilidade resultam de uma etapa posterior ao processo de participação das lideranças em suas práticas sociais, no movimento de luta pelo acesso à moradia, ou seja, as questões relacionadas à problemática ambiental colocam-se como etapa posterior à conquista da moradia pelos setores empobrecidos da população de periferia de Curitiba.

1.3.6 - movimentos sociais – organização e mobilização

Os movimentos sociais, enquanto manifestação de organização e mobilização social, segundo Gohn, referem-se à ação dos homens na história, sendo que essa “ação envolve um fazer - por meio de um conjunto de procedimentos, um pensar - por meio de um conjunto de idéias que motivam ou dão fundamento à ação. Trata-se de uma práxis” (Gohn, 1997, p. 247).

Para a autora, outros elementos essenciais colocam-se no contexto analítico dos movimentos sociais, a serem compreendidos na sua essência, enquanto fenômeno social em processo de construção de um paradigma explicativo, visando fundamentar o conceito de movimento social para além de uma abordagem empírica. A luta social, a força social e o conflito social são os elementos explicativos que contribuem para a construção de um conceito teórico de movimentos sociais.

A categoria de luta social, como primeiro elemento explicativo, segundo a autora, coloca-se como noção-chave, sendo seu conceito de maior abrangência, enquanto que as classes sociais apresentam-se como formas de agrupar, na história, a ação dos

homens²⁴. Portanto, não se trata a luta social como luta de classe, tendo em vista que as classes se formam no processo de luta. A existência dessa polêmica foi resolvida pela utilização, nos movimentos sociais, da categoria de atores sociais. Os movimentos sociais contemporâneos não tratam do conflito de classes mas do conflito entre os atores da sociedade. A centralidade dessa categoria, junto aos homens em geral, é fator explicativo da existência de movimentos sociais em vários segmentos da sociedade.

O segundo elemento que fundamenta o conceito de movimento social é o de força social. Segundo a autora, a força social de um movimento resulta da articulação de um conjunto de fatores²⁵ expressos pelas carências, legitimidade da demanda, poder político das bases do movimento, cenário conjuntural e cultura política do grupo. Tais fatores constituem a geração do campo de forças sociais do movimento social.

Outras reflexões colocam-se em relação aos elementos de fundamentação do conceito de movimentos sociais, como é o caso relacionado à problemática do conflito social. O grau de força social de um movimento está relacionado ao lugar do conflito social, na totalidade da luta social. A autora considera que a análise se desenvolve atribuindo prioridade ao campo da política, pois considera que os movimentos sociais são expressões de poder da sociedade civil, cuja existência ocorre num contexto de correlação de força social, constituindo-se em processos político-sociais.

²⁴ A autora esclarece, tendo como base Thompson (1981, pp. 121-124), a diferença existente entre luta social e luta de classe: "Classe se refere às ações dos indivíduos enquanto agentes produtores e reprodutores sócio-econômicos, mas não dá conta de explicar todas as dimensões e fenômenos da vida social. Por isso desenvolveu-se a categoria dos atores sociais. Esta não se contrapõe à classe social porque "ator" é uma noção utilizada como categoria de análise, enquanto que aquela é um conceito" (Idem, ibidem, p. 249).

²⁵ Para Gohn, os estudos realizados por Castells, na década de 70, contribuem para compreendermos o significado de "força social", no contexto da dinâmica da realidade social e, na afirmação da autora "Castells, nos anos 70, já nos alertava que não bastam as carências para haver um movimento. Elas têm de se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social. O que une as carências até a sua formulação em reivindicações são as ações concretas dos homens, ações que só projetam aqueles homens em algum tipo de cenário após fundirem a legitimidade e a justiça das demandas, o poder político da base social demandatória junto ao núcleo alvo de suas reivindicações e à mídia, o lugar das demandas na conjuntura político-econômica do momento e a cultura política do grupo reivindicante em termos da trajetória que tenha construído ao longo da história" (Idem, ibidem, p. 250).

As categorias teóricas de análise dos movimentos sociais²⁶, enquanto categorias, são históricas, situadas no tempo e espaço, variando conforme a diferença de paradigmas que as informam. Essas categorias, para a autora, foram criadas a partir de um paradigma teórico analítico dos movimentos sociais, na América Latina. Mesmo não sendo formulado um corpo teórico de análise mais consistente, elas funcionam como referência analítica, ao se considerar o caráter popular, que configurou o tipo predominante de movimento social latino-americano. As categorias, num primeiro momento, constituem-se pela exclusão social e resistência e, num segundo momento, pela participação, experiência, direitos, cidadania e identidade coletiva. Essas categorias são um dos aspectos integrantes da proposta metodológica da autora ao desenvolver a análise dos movimentos sociais.

Os aspectos políticos e sociais revestem a noção de sustentabilidade, no que se refere às causas das necessidades e riscos: a organização e mobilização da população, a participação social e a conquista da cidadania. Contribuem para a compreensão quanto à localização dos determinantes centrais, no contexto do desafio político colocado diante da atual crise de sustentabilidade. Nesse sentido, apreende-se a necessidade de “forjar alianças” entre os diferentes grupos sociais, com capacidade

²⁶ Gohn, embora, correndo riscos de alguns equívocos, formula um conceito de movimentos sociais: “ações sócio-políticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes ou camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura sócio-econômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflito, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média e longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sócio-políticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles tem como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas sócio-econômicas ou político-culturais que abrangem a problemática conflitante da sociedade onde atuam” (Idem, *ibidem*, p. 252).

de realizar as transformações necessárias no processo de construção da sustentabilidade cuja tarefa, segundo Guimarães, está em:

concentrar nossos esforços no estabelecimento das regras mínimas do jogo democrático, de forma a garantir a participação dos atores comprometidos com o fortalecimento da democracia, da justiça, da equidade, da transparência na condução dos negócios públicos, do respeito às demais espécies e de tolerância ante a diversidade. (Guimarães, 1998/1999, p. 3)

No processo de construção de alianças almejando a sustentabilidade, destaca-se a educação como elemento mediador no âmbito da democracia e fortalecimento da participação dos atores e grupos sociais comprometidos com esse processo. Assim, a educação para a cidadania, na construção das condições de sustentabilidade, coloca-se como tarefa das mais significativas. Seu fundamento situa-se na dimensão da educação política da população, visando forjar novas alianças no contexto das relações urbanas sócio-ambientais. A participação, através das práticas sociais exercidas no processo de lutas do movimento social, campo fértil para que os cidadãos constituam-se como sujeitos sociais ativos, transforma-se e constrói novas formas de relações sócio-ambientais na dimensão de uma sociedade sustentável.

1.4 – As necessárias inter-relações entre educação e sustentabilidade

A noção de prática educativa de sustentabilidade será enfocada no âmbito da temática de educação, a partir da compreensão da relação sociedade/educação/meio-ambiente, no sentido da educação para a cidadania, enquanto educação política, cujo conteúdo educativo resulta da construção de conhecimentos através das práticas sócio-educativas no processo de participação social.

A reflexão em torno dessa temática abordará aspectos significativos sobre o conteúdo sócio-ambiental subjacente às práticas sociais, configurado pelo aprendizado determinado por múltiplas relações sociais e de diferentes valores - sociais, políticos, econômicos, éticos e culturais - possibilitando a constituição de processo educativo sócio-ambiental individual e coletivo.

No contexto explicativo da relação dinâmica do tripé sociedade/ educação/ meio-ambiente, a participação, como elemento de mediação, constitui meio para o estabelecimento da cidadania e das práticas sócio-educativas. Enfocar as dimensões que atribuem materialidade às categorias teóricas explicativas da realidade social, em que se insere o objeto de estudo, torna-se importante para esclarecer os elementos que atribuem singularidade ao fenômeno estudado.

A concretude explicativa do tema sociedade será abordada a partir da realidade social engendrada na totalidade das relações sociais que constituem a organização espacial da cidade de Curitiba, destacado-se a importância da organização social dos moradores de bairros de periferia da cidade e sua participação na conquista e garantia da cidadania na Vila Sagrada Família.

O enfoque de meio ambiente será considerado na dimensão da sustentabilidade, compreendida como a inter-relação²⁷ necessária entre a capacidade de suporte criada através da luta pela ampla garantia das condições de qualidade de vida autoconstruída, buscando assegurar o equilíbrio ambiental do meio urbano, almejando a conquista da justiça social no atual quadro institucional de capitalismo de mercado nas cidades contemporâneas.

A abordagem da temática de educação será considerada no âmbito da educação não escolar. Portanto, não se trata da educação escolar, promovida por instituição de ensino, voltada para atender metas, objetivos, conteúdos a serem trabalhados e sistema de avaliação a ser cumprido. Não se trata do aprendizado formal, caracterizado por conteúdo preestabelecido, a ser repassado com base num código de linguagem oral e escrita, seguindo metodologia pedagógica, com avaliação de resultados obtidos pela instituição escolar promotora desse aprendizado, que regulamenta e controla o conjunto do processo

²⁷ Sobre essa reflexão, ver trabalho de Daniel Hogan na Revista Lua Nova, no. 31, Cedec, 1993.

de aprendizagem. A educação estudada é autoconstruída no processo das relações sociais da vida cotidiana dos atores-sujeito²⁸ do movimento social.

Nesse enfoque, a educação configura-se a partir da dimensão do aprendizado autoconstruído pelo conjunto de determinantes - sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais, etc. - que perpassam a prática social dos moradores de bairro ao participarem das organizações sociais, lutas e conflitos sociais, determinados na relação Estado/sociedade, visando a garantia de seus direitos. Trata-se da educação enquanto prática educativa cujo conteúdo está localizado no contexto das relações urbanas sócio-ambientais. A natureza da ação educativa resultante desse processo é gestada eminentemente pelo binômio sociedade/educação.

Esse aprendizado autoconstruído é gerado por diferentes fontes promotoras dessa prática educativa, sendo os principais promotores desse aprendizado as entidades do movimento social organizado e o poder público. A constituição desse saber autoconstruído, no processo de participação social, segundo Gohn, apresenta como fontes promotoras:

1) - a aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder; 2) - a aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe; 3) - a aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas; 4) - a aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam o movimento; 5) - a aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento. (Gohn, 1994, p. 50)

Para precisar o enfoque teórico de análise do fenômeno educativo de nosso interesse - as práticas educativas de sustentabilidade, no contexto de sua totalidade, não se poderia deixar de mencionar a educação popular²⁹. Até porque, num primeiro momento,

²⁸ A noção de sujeito será considerar a partir da constituição do sujeito político, associada à idéia de projeto e de autonomia, uma vez que o mesmo elabora sua própria identidade e a de seus projetos políticos de mudança social a partir das experiências adquiridas pelas práticas sociais gestadas no processo de organização e participação na conquista da cidadania.

²⁹ Sobre a temática de educação popular vários autores desenvolveram estudos como Freire, Wanderley, Paiva, Brandão, Beisigel.

essa referência teórica poderia vir a ser privilegiada. No entanto, avalia-se que os paradigmas analíticos da educação popular, não são adequados para expressar o processo educativo autoconstruído subjacente, nas práticas sociais, a partir da visão das lideranças do movimento social em questão.

Fato explicado em decorrência de que a matriz política geradora do movimento social estudado, foram as instâncias de militância dos partidos políticos, sendo que a educação popular não se colocava como centralidade da prática social dos participantes desse movimento. Portanto, esse não foi gestado a partir das instâncias das práticas comunitárias vinculadas à matriz política da educação popular, a exemplo, das comunidades de base da Igreja Católica, muito embora, registre-se sua contribuição significativa na constituição dos movimentos sociais urbanos no Brasil, em particular, nas décadas de 60 e 70.

Desta forma, o fenômeno educativo de que trata o estudo, situa-se no campo da educação política dos atores/sujeitos em questão, como resultado das práticas sociais no processo de lutas, organização e participação pela conquista da cidadania. No contexto dessas práticas sociais, não existia momento específico em que se realizava propriamente a “educação” dos atores envolvidos. A ação educativa ocorria no desenvolver das práticas sociais, em que o aprendizado adquirido por esses atores/sujeitos do movimento era construído pelas múltiplas relações sociais geradas no processo de participação social e política, enquanto modalidade de práxis³⁰ na dimensão sócio-ambiental.

Com relação à educação ambiental, embora marcada pela escassez de trabalhos que estudem essa temática no meio acadêmico, destacam-se os trabalhos de Dias (1995),

³⁰ Arroyo analisa que “na variedade das lutas populares podemos perceber não apenas um movimento em prol da participação nos bens sociais, econômicos e culturais produzidos na sociedade capitalista, mas um movimento social para a construção de uma sociedade alternativa. Esse movimento, enquanto práxis social, traz em si uma revolução no saber, no reconhecer-se, educar-se e formar-se das classes. Essas diferentes lutas educam as classes trabalhadoras, redefinem sua visão do social. No mesmo movimento global em que refazem o social, se fazem como sujeitos sociais conscientes com identidade coletiva. Não se trata de um movimento espontâneo, nem de uma relação automática entre pensamento e ser, eles estão diferenciados e ao mesmo tempo em unidade um com o outro, são momentos de um todo único e articulado” (Miguel Arroyo. O direito do trabalhador à educação. In:

Reigota(1995) e especialmente, o trabalho de Sorrentino (1995)³¹, fornecendo contribuição para compreensão das determinações, num plano mais amplo da educação ambiental. Entende-se que, ao se tratar das práticas educativas de sustentabilidade, como pressuposto, já exista a delimitação do campo teórico de abordagem. Embora, o estudo trate de aspectos mais gerais da temática de educação ambiental, não está localizado na ótica da educação ambiental propriamente dita, pois, não se trata de analisar determinado programa de educação ambiental formal ou institucional. Estuda-se o processo educativo na dimensão ambiental, produzido no bojo da sociedade civil, diante do impacto gerado pela ação da política ambiental do poder público. Busca-se identificar e configurar o aprendizado autoconstruído pelas práticas sociais dos sujeitos participantes de organizações e lutas sociais na conquista da cidadania.

As referências norteadoras da reflexão em torno das práticas educativas na dimensão da sustentabilidade, estão em buscar modelos sustentáveis de sociedade. Tais modelos exigem o exercício de visão holística da realidade, integrando condições materiais de sustentabilidade - equilíbrio físico-químico e biológico, quanto ao funcionamento da sociedade, onde ocorra de forma integrada à “redefinição política da nossa sociedade atual e do seu modelo de civilização, bem como ao trabalho de consciência individual, de integração da psique pessoal, capaz de gerar ações rumo a mudanças” (Stahel, 1995, p. 126). Nessa perspectiva, coloca-se a importância do estudo das práticas educativas de sustentabilidade que busquem identificar a configuração do conteúdo das potencialidades individuais na vida social. Revelam possibilidades de existência, nas práticas individuais, de capacidades potenciais de integração a ações coletivas, visando mudanças numa dimensão qualitativa das práticas individuais e

Gomez, Carlos Minayo, Frigotto, Gaudêncio, Arruda Marcos, Arroyo, Miguel, Nosella, Paolo. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1987, p. 79).

³¹ Dias(1995) desenvolve um trabalho de referência no resgate da trajetória histórica da educação ambiental no Brasil; Reigota(1995) trabalha com o conceito de educação ambiental como representação social e Sorrentino(1995), ao tratar da educação ambiental na universidade, classifica a “educações ambientais” em quatro grandes correntes: “conservacionista”; “educação ao ar livre”; “gestão ambiental” e “economia ecológica”.

coletivas, com o objetivo de se alcançar a sustentabilidade para as gerações atuais e futuras na sociedade planetária.

Outro aspecto norteador refere-se à abordagem da prática educativa de sustentabilidade, enquanto educação para a cidadania, como possibilidade de motivar e sensibilizar o indivíduo a transformar as diferentes formas de participação em fatores potenciais para dinamizar a sociedade e ampliar o controle social sobre a coisa pública que, segundo Jacobi, “trata-se de criar as condições para ruptura com a cultura política dominante e para uma nova proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação” (Jacobi, 1998/1999, p. 2).

Essa modalidade de educação concretiza-se pela pluralidade de atores, ativados no seu potencial participativo: - adquirindo condições de intervenção consistente, sem tutela nos processos de decisões públicas; - legitimando e consolidando propostas de gestão, tendo como base a garantia de acesso à informação e consolidação de canais para a participação; - institucionalizando o controle social, na esfera pública e privada.

Tais referências estabelecem parâmetros para a noção de prática educativa de sustentabilidade. Portanto, o processo educativo não ocorre de forma preestabelecida, mas o aprendizado configura-se pela aquisição de saber autoconstruído na dimensão sócio-ambiental mencionada acima, resultado da construção desse conhecimento coletivo. A avaliação dos resultados obtidos nesse aprendizado autoconstruído verifica-se na dimensão do campo político, configurado pela qualidade da prática social; pelo nível qualitativo das ações políticas produzidas; pela qualidade de organização social, política e ambiental; pela qualidade da participação social e política e pelos resultados adquiridos e conquistados na luta pela cidadania.

A prática educativa, considerada no estudo, visa identificar a configuração do conteúdo sócio-ambiental presente na prática social dos sujeitos. Explicitar, também, os elementos indicativos da ocorrência desse aprendizado adquirido pelos sujeitos, em relação às condições de qualidade ambiental, ao interagirem com as ações e programas

ambientais realizados pela política do poder público, no contexto de sustentabilidade do local de moradia, da cidade e do planeta.

Assim, no caso da Vila Sagrada Família, busca-se identificar a configuração do conteúdo educativo na dimensão sócio-ambiental, presente no exercício das práticas sociais das lideranças, ao participarem das Associações de Moradores, nas lutas pela moradia e melhores condições de vida - saneamento ambiental, coleta de lixo, saúde ... Considera-se que a prática educativa de sustentabilidade se manifesta como desdobramento do aprendizado autoconstruído, subjacente a essas práticas, enquanto saber sócio-ambiental adquirido por essas lideranças.

Essa reflexão almeja contribuir na compreensão de que a humanidade nunca foi tão intensamente colocada em confronto com a natureza em sua totalidade e nunca foram tão grandes as possibilidades e, ao mesmo tempo, os perigos diante da crise ambiental, em que “encontramo-nos hoje confrontados com a possibilidade de colocarmos as imensas potencialidades técnico-científicas e culturais presentes a serviço de fins qualitativos, que assegurem a busca do desabrochar das potencialidades individuais na vida social” (Stahel, 1995, p. 121).

Esse desafio exige de cada indivíduo uma postura ética em relação ao meio ambiental local e planetário, no sentido de se construírem novos referenciais de dinâmicas sócio-ambientais, através das práticas sociais, em que a educação para a sustentabilidade tenha como meta a constituição da cidadania planetária.